



UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS – MESTRADO EM LETRAS
Campus I – Prédio B3, sala 106 – Bairro São José – Cep. 99001-970 - Passo Fundo/RS
Fone (54) 3316-8341 – Fax (54) 3316-8330 – E-mail: mestradoletras@upf.br

Raquel Amende Leal

***A LEI DA EQUIVALÊNCIA DAS JANELAS, DE BRÁS CUBAS,
PELA SEMÂNTICA ARGUMENTATIVA***

Passo Fundo, março, 2009

Raquel Amende Leal

A Lei da Equivalência das Janelas, de Brás Cubas,
pela Semântica Argumentativa

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação – Mestrado em Estudos Lingüísticos – do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade de Passo Fundo, como requisito para a obtenção do grau de Mestre em Estudos Lingüísticos, sob a orientação da Prof^a Dr. Telisa Furlanetto Graeff.

Passo Fundo
2009

Dedico este estudo à minha orientadora Telisa, que, além de me presentear com a indicação do *corpus*, creu que eu transpusesse este projeto e dedicou-se tanto a ele quanto a mim com rigor e paciência. Dedico-o também à minha família, pelo incansável estímulo, às Entidades de luz que me cercaram de espiritualidade e, desculpe-me a “imodéstia” (termo usado por Brás Cubas), a mim mesma, pelo fato de, a cada dia, ir adquirindo um maior equilíbrio entre a razão e a emoção.

Ovacionados sejam aqueles que não souberam contribuir, seja por falta de afetividade seja por falta de conhecimento, na construção desse estudo, para que venham, um dia, pela motivação dos meus aplausos, tornarem-se GRANDES como os companheiros que comigo sempre estiveram.

[...] Tu que me lêes, se ainda fores viva, quando estas páginas vierem à luz, – tu que me lêes, Virgília amada, não reparas na diferença entre a linguagem de hoje e a que primeiro empreguei quando te vi? Crê que era tão sincero então como agora; a morte não me tornou rabugento, nem injusto.

- Mas - dirás tu - como é que podes assim discernir a verdade daquele tempo, e exprimi-la depois de tantos anos?

Ah! indiscreta! ah! ignorantona! Mas é isso mesmo que nos faz senhores da terra, e esse poder de restaurar o passado, para tocar a instabilidade das nossas impressões e a vaidade dos nossos afetos. Deixa lá dizer Pascal que o homem é um caniço pensante. Não; é uma errata pensante, isso sim. Cada estação da vida é uma edição, que corrige a anterior, e que será corrigida também, até a edição definitiva, que o editor dá de graça aos vermes.

ASSIS, Machado. *Memórias Póstumas de Brás Cubas*.

RESUMO

Este trabalho analisa textos de *As memórias póstumas de Brás Cubas*, de Machado de Assis, com o objetivo de verificar, linguisticamente, se a *lei da equivalência das janelas*, que consiste em um processo de ventilar a consciência, faz-se presente no movimento polifônico do pensamento de Brás, constituindo, assim, o caráter multifacetado da personagem. A metodologia de análise embasa-se na Teoria da Argumentação na Língua (DUCROT; ANSCOMBRE, 1983), em sua fase atual, mais especificamente, na Teoria dos Blocos Semânticos (CAREL, 1992) e na polifonia. Nas narrativas analisadas, foi possível, a partir das reflexões do defunto autor Brás Cubas, evocar, nos segmentos de enunciados, encadeamentos argumentativos em DC (portanto) e PT (mesmo assim), constituir blocos semânticos e, com eles, esquematizar quadrados argumentativos, nos quais se observou, por meio das relações formais de reciprocidade, transposição e conversão estabelecidas, a oscilação nos pensamentos de Brás. No espaço polifônico do quadrado argumentativo, pôde-se perceber, pelas relações das vozes ali postas, o caráter multifacetado de Brás e, conseqüentemente, a existência da *lei da equivalência das janelas* - um processo do qual a personagem (em vida) se valia para *amortizar* suas atitudes, vistas como imorais. Importa saber também que a *lei da equivalência das janelas* traz à tona a única testemunha dos atos de Brás: a sua própria consciência – sempre presente – e verificável pelos aspectos expressos nos quatro ângulos do quadrado. O defunto autor, enquanto locutor de *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, assimila a personagem Brás Cubas (seu eu vivo), contudo não assume o discurso refletido nas narrativas, o qual é considerado absurdo. Um sentimento de melancolia perpassa, então, as memórias, como se o locutor (defunto autor) risse de si próprio em vida – evidencia-se um rir triste. Esta pesquisa mostra a prática da fase atual da Teoria da Argumentação na Língua em textos e, com isso, abre novas possibilidades para a leitura de *Memórias Póstumas*. A revisão de literatura feita e a metodologia de análise aplicada podem ser utilizadas pelos estudos

literários, numa forma de ampliar horizontes da leitura de textos. Um breve cotejo das áreas da Lingüística e da Literatura já aparece nas análises e nas considerações finais deste estudo.

Palavras-chave: Bloco semântico. Brás Cubas. Ironia. Lei da equivalência das janelas. Polifonia. Quadrado argumentativo.

RESUMEN

Este trabajo analiza textos de *As memórias póstumas de Brás Cubas*, de Machado de Assis, con el objetivo de verificar, lingüísticamente, si la *ley de la equivalencia de las ventanas*, que consiste en un proceso de ventilar la consciencia, se hace presente en el movimiento polifónico del pensamiento de Brás, constituyendo, así, el carácter multifacetado del personaje. La metodología de análisis se embasa en la Teoría de la Argumentación en la Lengua (DUCROT; ANSCOMBRE, 1983), en su fase actual, más específicamente, en la Teoría de los Blocs Semánticos (CAREL, 1992) y en la polifonía. En las narrativas analizadas, fue posible, a partir de las reflexiones del difunto autor Brás Cubas, evocar, en los segmentos de enunciados, encadenamientos argumentativos en DC (por tanto) y PT (mismo así), constituir blocs semánticos y, con ellos, esquematizar cuadrados argumentativos, en los cuales se observó, por medio de las relaciones formales de reciprocidad, transposición y conversión establecidas, la oscilación en los pensamientos de Brás. En el espacio polifónico del cuadrado argumentativo, se puede percibir, por las relaciones de las voces allí puestas, el carácter multifacetado de Brás y, consecuentemente, la existencia de la *ley de la equivalencia de las ventanas* - un proceso del cual el personaje (en vida) se valía para *amortizar* sus actitudes, vistas como inmorales. Importa saber también que la *ley de la equivalencia de las ventanas* hace despuntar el único testigo de los actos de Brás: su propia consciencia - siempre presente - y verificable por los aspectos expresos en los cuatro ángulos del cuadrado. El difunto autor, mientras locutor de *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, asimila el personaje Brás Cubas (su yo vivo), sin embargo no asume el discurso reflejado en las narrativas, lo cual es considerado absurdo. Un sentimiento de melancolía pasa junto, entonces, las memorias, como se el locutor (difunto autor) reírse de si mismo en vida - se evidencia un reír triste. Esta encuesta muestra la practica de la fase actual de la Teoría de la Argumentación en la Lengua en

textos y, con eso, abre nuevas posibilidades para la lectura de *Memórias Póstumas*. La revisión de literatura hecha y la metodología de análisis aplicada pueden ser utilizadas por los estudios literarios, en una forma de ampliar horizontes de la lectura de textos. Un breve cotejo de las áreas de la Lingüística y de la Literatura ya aparece en los análisis y en las consideraciones finales de este estudio.

Palabras clave: Bloc semántico. Brás Cubas. Ironía. Ley de la equivalencia de las ventanas. Polifonía. Cuadrado argumentativo.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 TEORIA DA ARGUMENTAÇÃO NA LÍNGUA	18
1.1 Modelo <i>Standard</i> da ADL	22
1.2 Forma Ampliada da ADL	25
1.1.1 Teoria da Polifonia	27
1.1.2 Teoria dos <i>Topoi</i>	33
1.3 Teoria dos Blocos Semânticos (TBS) – uma versão técnica atual da ADL	36
2 ANÁLISE ARGUMENTATIVA E POLIFÔNICA DOS TEXTOS.....	59
2.1 Análise de <i>O almocreve</i>	60
2.2 Análise de <i>É minha</i>	67
2.3 Análise de <i>O embrulho misterioso</i>	76
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	90
REFERÊNCIAS.....	96
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA.....	98
ANEXOS.....	101

INTRODUÇÃO

Este estudo pretende desvelar, pelo viés da Semântica Argumentativa, a personagem *Brás Cubas*, de Machado de Assis. Entende-se que, para constituir a personalidade de Brás, é necessário compreender, argumentativa e polifonicamente, a “lei da equivalência das janelas”¹, por ele descoberta.²

A Semântica Argumentativa, que norteará este estudo, tem como referencial a Teoria da Argumentação na Língua (ADL)³, em sua fase atual, e a Teoria dos Blocos Semânticos (TBS), desenvolvida por Marion Carel e Oswald Ducrot. Com suas raízes na proposta estruturalista, essa teoria renuncia radicalmente a qualquer descrição não lingüística do significado das expressões da língua. Tomando a idéia estruturalista de Saussure, afirma que o sentido de um signo é parte integrante dele, sendo visto como seu próprio “valor”, valor esse apreendido no conjunto de relações que se estabelecem entre os signos. Essas relações (entre signos) são *encadeamentos argumentativos* ou *argumentações* e podem ser definidas como uma seqüência de dois enunciados ligados por um conector. Assim sendo, uma entidade lingüística não pode fazer intervir o mundo nem as idéias. Conforme Carel e Ducrot (2005, p. 24), na TBS, qualquer segmento do discurso pode unir-se a outro, desde que se use o conector adequado. São considerados dois conectores: DC (*donc*) e PT (*pourtant*), o primeiro normativo e o segundo transgressivo.

¹ A explicação do que é a *lei da equivalência das janelas* encontra-se nas p.p 14-16 desta dissertação e no capítulo LI – *É minha!*, de Memórias Póstumas de Brás Cubas, no qual foi descoberta pela personagem Brás.

² O termo “descoberta”, usado nesta dissertação, é próprio do dizer de Brás Cubas em *Memórias Póstumas*, cujo emprego pode-se verificar desde o capítulo LI.

³ Essa teoria foi proposta por Oswald Ducrot e Jean Claude Anscombe em 1983, ano da publicação da obra *Argumentacion dans la langue*, daí a sigla ADL, para designar essa teoria.

A ADL e, mais especificamente, a Teoria da Polifonia e a TBS aplicam-se ao presente estudo, pois sustentam o princípio de que a argumentação está na língua, que argumentar é convocar blocos semânticos.

É intenção desta pesquisa encontrar no discurso (textos de *Memórias Póstumas de Brás Cubas*) os blocos semânticos que confirmam, pelo movimento discursivo dos aspectos expressos, o caráter multifacetado de Brás e, ainda, a existência da *lei da equivalência das janelas* pelo processo do “ventilai as consciências”, recurso usado recorrentemente pela personagem.

Convém ressaltar que os blocos semânticos são encadeamentos evocados **no discurso** e constituídos a partir de dois predicados – o suporte A e o aporte B⁴ -, que são relacionados com dois tipos de conectores (normativos e transgressivos). Os blocos representam uma situação posta pela enunciação e, ainda, permitem sua esquematização por meio de quadrados argumentativos, os quais contêm aspectos expressos, capazes de, por meio das relações de transposição, reciprocidade e conversão, que lhe são constituintes, mostrar as oscilações nas ações da personagem e a recorrência da *lei da equivalência das janelas*.

Ler, reler Machado de Assis é uma forma de homenageá-lo. Analisar, lingüisticamente, uma de suas principais personagens, no ano em que o autor completa cem anos de falecimento, consiste em homenagem ainda mais significativa. O autor deixou um importante legado de textos, cujas temáticas continuam alvos de dedicada interpretação da Literatura. E, agora, também, a partir de trabalhos como este, tornam-se alvos da Semântica Argumentativa.

Publicado em 1881, *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, além de inaugurar o Realismo brasileiro, apresenta as mais radicais experimentações na prosa do país, até então. Narrado por um defunto, de forma digressiva, o romance apresenta a vida inútil e desperdiçada do anti-herói Brás Cubas. Utilizando recursos narrativos e gráficos

⁴ Os termos “suporte” e “aporte” são apresentados no artigo de Carel e Ducrot (2008), sendo sinônimos, respectivamente, de antecedente e de conseqüente. Mesmo mudando a posição, o suporte e o aporte podem permanecer os mesmos, como em (1) “João foi prudente, **portanto não teve acidente**” e em (2) “**João foi prevenido do perigo**, portanto foi prudente.” Os termos grifados mostram, no exemplo(1), a argumentação posicionada à direita e, no (2), a argumentação posicionada à esquerda da entidade lingüística *prudência*.

inusitados, Machado⁵ surpreende a cada página com sua ironia e, acima de tudo, com a inteligência que prende até o leitor mais desconfiado. Antecipando procedimentos modernistas e descobertas da psicanálise, esta obra eleva a literatura brasileira a um patamar jamais atingido.

Seguindo Bosi, quando afirma (2006, p. 08), “relembrar o enredo é sempre um bom começo”, apresentamos uma síntese do que se lê. Brás, defunto autor, conta a história trivial de um menino mimado de uma família abastada e conservadora com ares de aristocracia: o caráter estragado desde a infância e a adolescência; os estudos de Direito em Coimbra; as viagens de recreio pela velha Europa; as aventuras eróticas precoces; uma paixão adúltera, tédios e saciedade; a “sede de nomeada, que vai do projeto de inventar um emplasto anti-hipocondríaco à conquista de uma cadeira de deputado, enfim a solidão da velhice...” (ibid., p.08). A vida de Brás foi, enfim, uma trajetória movimentada, contudo banal, enquanto típica de certo segmento social – classe dos burgueses.

Na obra, Machado de Assis desloca o foco de interesse do romance para a forma como seus personagens vêem e sentem as circunstâncias em que vivem. Em vez de enfatizar os espaços externos, investe na caracterização interior dos personagens, com suas contradições e problemáticas existenciais.

O estilo memorialista utilizado “poderia ser interpretado como um procedimento retórico para conferir verossimilhança ao relato, supondo-se que o narrador⁶, ao assumir-se como sujeito do enunciado, seja a testemunha mais idônea para contar a sua própria história.” (BOSI, 2006, p.7). Na construção de Brás Cubas, essa conquista de certo grau de verossimilhança é bifocal, já que, de um lado, fala o narrador que atesta a sua presença física aos acontecimentos em que esteve envolvido, e cuja interpretação é confiada ao seu olhar sem a presunção da certeza universal suposta no historiador em terceira pessoa e, de outro lado, existe a ficção de um *defunto autor*, “um expediente aparentemente irrealista escolhido para facultar a exibição – até o limite do descaramento – dos sentimentos todos de um *ego* que a condição *post-mortem* permitiria desnudar.” Ainda, segundo Bosi, há

⁵ Machado de Assis é visto como sujeito empírico (SE), na Teoria da Polifonia, razão pela qual não será foco do interesse deste estudo, conforme se explicita em **1.2 Forma Ampliada da ADL**.

⁶ O narrador Brás Cubas (defunto autor), para este estudo, baseado na Teoria da Polifonia, proposta por Ducrot, será o locutor (L).

“Reiteração do *eu vivo* feita em regime de distância pelo *eu defunto*” (Ibid., p. 8, grifos do autor).

O que marca a qualidade de *Memórias Póstumas de Brás Cubas* é o modo como o narrador, junto aos fatos, desdobra-se em autoconsciência. Em resumo, “a análise psicológica e moral é favorecida pela distância que medeia entre o testemunho direto e o gesto reflexivo potenciado pelo expediente do defunto autor.” (ibid., p. 9). O narrador surpreende a si próprio como ator e espectador nas relações de força entre sujeitos.

A leitura de *Memórias Póstumas de Brás Cubas* oferece pistas para contemplar os dois lugares do *eu* narrativo: a matéria lembrada e a sua interpretação. Os capítulos selecionados para a análise neste estudo, entre outros, são exemplos disso, pois mostram um Brás que consegue, ao mesmo tempo, mostrar-se qual foi, qual se vê e como foi visto: leviano, satisfeito da sua superioridade e tentado a desfrutá-la, “ponderado”, cínico, porém, com a consciência lúcida do defunto autor, que desvela o sentimento cruel dos seus atos e os julga com um critério de humanidade.

Essa é uma das obras brasileiras que melhor ilustrou a tendência do **leitor incluso**, um contraponto dialógico com o leitor, não apenas como um vocativo, mas dando ao leitor vida própria e contornos no interior do texto. O interlocutor é visto como possuidor de posicionamento crítico, gestos e temperamento. Os trechos que incluem o leitor têm sempre uma natureza baseada numa reflexão, uma metalinguagem da estrutura e corrente ideológica do texto.

Desse modo, o defunto autor Brás (narrador ou locutor) sustenta a tensão entre ele próprio, a alma sensível do leitor e a personagem com a qual se relaciona (Brás Cubas).

No exercício de pensar, ao relatar seus feitos, o póstumo não se engana nem deseja enganar. Com base nisso, diz Bosi:

A transparência, flagrada no relance do olhar honesto do outro, não converterá nosso Brás; mas revela a natureza do seu caráter, que é frívolo na **descontinuidade dos seus pensamentos**, é constante até a morte na prática do egoísmo indefectível, **mas é capaz de abrir frestas de luz**

no subsolo da sua consciência – a luz crua do moralismo pessimista ou apenas cético, limite ideológico do defunto autor⁷. (p. 15, grifo nosso).

Diante do primeiro grifo da citação, percebe-se, pelo viés da Literatura, a descontinuidade dos pensamentos da personagem. É essa descontinuidade – nomeada neste estudo como caráter multifacetado - que se pretende mostrar por meio do movimento argumentativo discursivo do *corpus* selecionado.

Para conferir a existência da *lei da equivalência das janelas*, na obra, pode-se observar o capítulo CV, “Equivalência das Janelas”, que se segue a uma passagem na qual Brás e sua amante Virgília quase são flagrados, em seu recanto adúltero (casinha de Dona Plácida), pelo marido dela, Lobo Neves, quando este entrou no lugar

Dona Plácida fechou a porta e caiu numa cadeira. Eu deixei imediatamente a alcova, e dei dois passos para sair à rua, com o fim de arrancar Virgília ao marido; foi o que disse e em bem que o disse, porque Dona Plácida deteve-me por um braço. Tempo houve em que cheguei a supor que não dissera aquilo senão para que ela me detivesse; mas a simples reflexão basta para mostrar que, depois dos dez minutos da alcova, o gesto mais genuíno e cordial não podia ser senão esse. **E isto por aquela famosa lei da equivalência das janelas, que eu tive a satisfação de descobrir e formular, no capítulo LI. Era preciso arejar a consciência. A alcova⁸ foi uma janela fechada; eu abri outra com o gesto de sair, e respirei.** (ASSIS, 1962, p.308, grifo nosso).

Verifica-se que a *lei da equivalência das janelas*, descoberta no capítulo LI, perpassa episódios de *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. É importante deixar claro que a essa *lei*, motivadora do presente trabalho, consiste em um sistema de janelas que abrem enquanto outras são fechadas. Em linguagem não metafórica, no fato de a personagem Brás

⁷ No segundo grifo da citação percebe-se o “ventilai as consciências”, expressão usada em *Memórias Póstumas de Brás Cubas* para simbolizar a abertura de uma instância da moral, quando esta está desvinculada de atitudes boas e éticas; assim é preciso abrir uma “janela” para arejar. Esse pensamento vai levando Brás à descoberta da *lei da equivalência das janelas*.

⁸ al.co.va (ô), s. f. 1. Em casas antigas, pequeno quarto de dormir, ordinariamente sem janelas. 2. Por ext. Quarto de dormir; camarinha. 3. Esconderijo.

agir de forma ética, próximo à moralidade do discurso universalizante e humanístico, a fim de compensar as atitudes inescrupulosas e amorais que lhe são peculiares.

A lei da equivalência das janelas faz-se presente nos capítulos selecionados para a análise, se não de forma explícita, pelas instruções postas na língua, as quais indicarão o processo do “ventilai as consciências”, por meio de argumentações de Brás. A voz do superego da personagem, mascarada, censura-o cínico; “logo, o eu de Brás precisou excogitar um argumento racionalizador que o justificasse [...]” (BOSI, 2006, p. 13). Ainda no dizer de Bosi, “O ato foi narrado, a culpa é apontada com veemência pelo interlocutor virtual, mas depois é atenuada pelo discurso universalizante: ‘E eu fui homem’”. O próprio crítico justifica a importância da passagem “E eu fui homem” como “salto universalizante, agora já não mais em termos de ética do respeito, mas em regime de justificação psicológica, que se quer realista.” (ibid., p. 11).

Conforme se pode perceber na citação ora feita e diante do que já foi dito, o leitor ocupa lugar de destaque na obra por poder julgar Brás Cubas. Para o julgamento, é comum o uso do discurso universalizante e humanístico, que vem a ser a consciência do respeito, do bem, da moral, do juízo ético. Na obra, o defunto autor “compõe um diálogo com a alma sensível do leitor que o exproba. E o mesmo Brás, que dera lugar à consciência universalizante respeitosa do outro, entra a defender-se, atenua a culpa e alega que, afinal, não tinha sido cínico: simplesmente fora homem” (BOSI, 2006, p. 11). Ao dizer que fora homem, o defunto autor pode descrever a condição contraditória da sua alma: mistura do bem e do mal, o tumulto que transpassa a vida das pessoas na sua relação com os outros e com as coisas, enfim, a confusão que é ser homem. Note-se a relevância de saber da ocorrência desse choque de discursos na obra, pois auxilia a pesquisa pelo fato de a regra moral induzida a partir do outro não coincidir com a interpretação do passado a partir do eu.

Em relação ao tempo, em *Memórias Póstumas*, acontece como na vida. Aliás, esta é uma teoria de Brás Cubas, que contraria Pascal⁹, quando aquele diz que se habilitava a

⁹ Blaise Pascal (1623-1662) - O pensamento de Pascal, pesquisador e escritor francês, parte da consideração acerca do método capaz de instaurar um conhecimento seguro da realidade, preocupação comum à quase totalidade dos filósofos do século XVII.

“Que diz ele? Diz que o homem tem “uma grande vantagem sobre o resto do universo: sabe que morre, ao passo que o universo ignora-o absolutamente”. Vês? Logo o homem que disputa o osso a um cão tem sobre

crer-se melhor do que este em teorias de reflexão sobre a vida e a morte. Através da voz intermediária e reflexiva do defunto autor, muitas memórias são narradas e, nelas, erros e descontinuidade de comportamentos percebidos. A morte, como é mostrada em *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, não limita o entendimento da vida.

O objetivo desta dissertação é tentar explicitar lingüisticamente, com base na Semântica Argumentativa, mais especificamente na Teoria dos Blocos Semânticos (TBS) e na Teoria da Polifonia, as multifacetadas da personagem *Brás Cubas*, que, por hipótese, correspondem aos diferentes aspectos de um mesmo bloco semântico e até, quem sabe, a aspectos do bloco contrário. E, também, conforme já dito no início desta seção, mostrar o emprego da *lei da equivalência das janelas* pela personagem, o que lhe permite arejar sua consciência diante de determinados sentimentos e atitudes.

Optou-se pela apresentação desta pesquisa em três capítulos. O primeiro trata da Teoria da Argumentação na Língua, de seu desenvolvimento, até chegar à fase atual em que se encontra – uma aproximação entre a TBS e a Teoria da Polifonia.

O segundo prioriza o procedimento da aplicação das teorias no *corpus*, visto que é, na análise, que se vê a Semântica Argumentativa em ação. Os textos analisados, todos retirados de *Memórias Póstumas de Machado de Assis* encontram-se nesta ordem: *O Almoceve*; *É minha*; *O embrulho misterioso*. A análise, como se disse, será exclusivamente lingüística, com base em princípios e conceitos caros à ADL, na fase atual, como de bloco semântico, encadeamento argumentativo, aspectos argumentativos, argumentação externa e interna, polifonia, entre outros.

Posteriormente, apresentam-se as Considerações Finais, nas quais é registrado o resultado da pesquisa: se a Semântica Argumentativa, pela ADL, Teoria da Polifonia e TBS, permitiu encontrar, nos encadeamentos postos no discurso, os aspectos que comprovam as multifacetadas da personagem Brás Cubas e evidenciar a *lei da equivalência*

este a grande vantagem de saber que tem fome; e é isto que torna grandiosa a luta como eu dizia. “Sabe que morre” é; creio todavia que é mais profunda a minha expressão: sabe que tem fome. Porquanto o forte da morte limita, por assim dizer, o entendimento humano; a consciência da extinção dura um breve instante e acaba para nunca mais, ao passo que a fome tem a vantagem de voltar, de prolongar o estado consciente. Parece-me (se não vai nisso alguma imodéstia) que a fórmula de Pascal é inferior à minha, sem todavia deixar de ser um grande pensamento, e Pascal um grande homem.” (ASSIS, Machado. *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. Capítulo CXLIII. “Não vou”).

das janelas. No capítulo das Considerações Finais será feito, por fim, um cotejo entre caracterizações do caráter de Brás Cubas, vindos de estudos literários e deste estudo lingüístico.

1 TEORIA DA ARGUMENTAÇÃO NA LÍNGUA (ADL)

A área em que se inscreve este estudo é a Semântica Argumentativa, usando como referencial a Teoria da Argumentação na Língua, em sua fase atual, e a Teoria dos Blocos Semânticos, numa aproximação com a Teoria da Polifonia. Desenvolvidas por Oswald Ducrot e colaboradores, essas teorias utilizam-se de alguns conceitos da proposta estruturalista saussureana, ampliando e modificando-os com o decorrer dos estudos.

Para Saussure, a língua constitui um sistema de signos em que o significado de uma expressão é o resultado da relação dela com outras expressões da língua. Assim, para esse autor, a significação de uma palavra, por exemplo, “café”, relaciona-se com a organização lingüística em que ela se insere. Ou seja, a significação é de ordem puramente lingüística; não se procuram, portanto, significados no mundo exterior para um signo.

O referido autor reconhece num signo lingüístico duas faces: a do significante e a do significado. Entende-se por **significante** a imagem acústica, ou seja, a palavra em questão e, como **significado** aquilo que essa palavra significa. Interroga-se: “café” para uma pessoa possui o mesmo significado que para outra? Para um paulista, que tem o hábito de tomar café durante todo o dia, seria possível que, ao ouvir a palavra *café*, aguçassem seus sentidos do olfato e do paladar; enquanto em um proprietário de um cafezal se instaurasse a imagem dos grãos de café secando sobre lonas. Se assim fosse: procurar entender a imagem acústica, por meio de vivências externas, muitas “interpretações” aconteceriam. Isso remete ao que foi dito anteriormente: a inteligibilidade da imagem acústica deve se dar na interação entre um signo com os que o antecedem e os que o sucedem.

A visão de Saussure, apresentada na obra *Curso de Lingüística Geral* (o significado do signo), de que a significação de um signo lingüístico pode ser apreendida pela imagem que se faz do signo na sua relação com outros signos da língua apresentava-se vaga; a ADL (Teoria da Argumentação na Língua) se propôs, então, a considerar as relações entre signos. E é o estruturalismo de Saussure, associado a concepções de semântica, pragmática e enunciação, que vão tornar-se base dos estudos realizados por Oswald Ducrot, Jean-Claude Anscombre e Marion Carel.

A noção relacional, advinda de Saussure, contradiz a concepção da argumentação tradicional na língua que postula três condições para um discurso ser argumentativo - deve conter dois segmentos (**A** (argumento) e **C** (conclusão)), sendo que **A** possui um valor de verdade em si mesmo, independentemente de **C**, ou seja, da conclusão imaginada pelo locutor; há indicação de relação lógica entre **A**, que leva a um fato, que, por sua vez, leva à **C**.

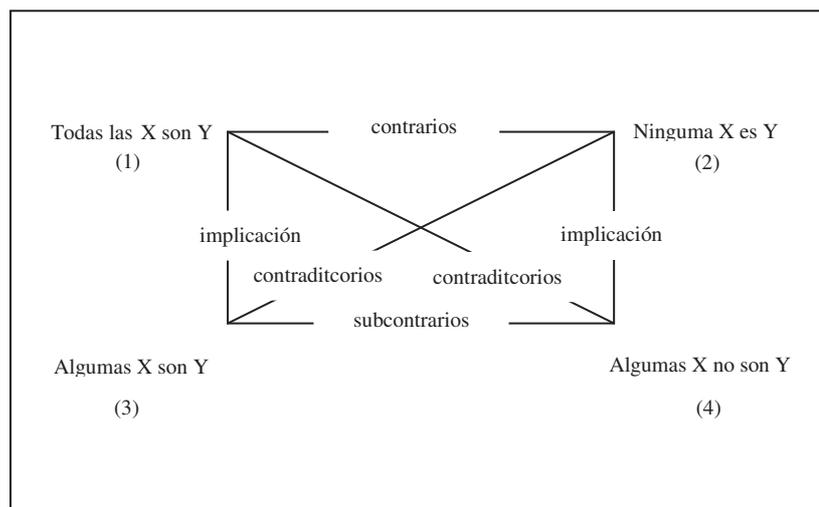
Essas condições tradicionais são contestadas por Ducrot e Anscombre. A primeira, de que o segmento **A** é argumento para a conclusão **C**, é recusada, quando se colocam em xeque, por exemplo, os segmentos “faz bom tempo” e “vamos passear”. Segundo os pesquisadores, a troca da ordem desses segmentos, no caso “vamos passear” e “faz bom tempo”, não alteraria a argumentação. A segunda condição é considerada inadmissível, visto que **A** não pode ser tido como verdadeiro ou falso independente da conclusão, já que as palavras não têm sentido completo antes das conclusões delas tiradas, o que se comprova ao se colocar em evidência estes dois exemplos de construção: “Faz calor, vamos passear.” e “Faz calor, não vamos passear.” – os quais demonstram que “Faz calor” não é independente da conclusão, já que uma colocação posta é totalmente diferente da outra. Contestam, ainda, a terceira condição da argumentação tradicional, dizendo que o laço de união entre um fato e a conclusão depende da lógica, do conhecimento de mundo, das áreas do conhecimento, não estando, pois, determinado pela própria língua. Para ilustrar essa última contestação, os pesquisadores fazem uso dos seguintes enunciados: Pedro trabalhou pouco./ Pedro trabalhou um pouco. Segundo eles, os enunciados designam o mesmo fato (trabalhar pequena quantidade), são verdadeiros e levariam à mesma conclusão se fossem analisados fora de um contexto; no entanto, num contexto em que **trabalho leva ao êxito**, os dois enunciados podem apresentar conclusões bem diferentes: Pedro trabalhou pouco, não conseguiu terminar a mesa. / Pedro trabalhou um pouco,

conseguiu terminar a mesa. Ainda, num contexto em que **trabalho leva ao fracasso**, poderiam-se obter outras conclusões, determinadas na língua (DUCROT, 1990, p. 72-77).

A descrição argumentativa de entidades lingüísticas (e) por meio do quadrado aristotélico não corresponde à concepção da ADL, visto que ele (o quadrado) estabelece relações lógicas, o que não condiz com a linguagem comum, alvo da teoria que conduz este estudo. Ducrot (2005) refere-se ao quadrado proposto por Aristóteles: “Sabemos que Aristóteles construiu o quadrado lógico com um certo número de relações lógicas (contrariedade, contradição, subcontrariedade, implicação) entre quatro expressões.”¹⁰

A título de ilustração e compreensão, colocam-se as seguintes proposições:

- (1) Todas as mulheres são iguais.
- (2) Nenhuma mulher é igual.
- (3) Algumas mulheres são iguais.
- (4) Algumas mulheres não são iguais.



Observa-se que (1) e (2) são contrárias, (1) e (4) e (2) e (3) são contraditórias, e existe implicação entre (1) e (3), como entre (2) e (4). As relações estabelecidas entre os

¹⁰ “Sabemos que Aristóteles construyó el cuadrado lógico con un cierto número de relaciones lógicas (contrariedad, contradicción, subcontrariedad, implicación) entre cuatro expresiones” (2005, p.44).

quatro lados do quadrado são lógicas, baseadas na noção de verdade. Isso implica dizer que o quadrado aristotélico não serve à Teoria da Argumentação na Língua, visto que essa não pode fazer intervir noções de verdade, pois reconhece que a verdade se estabelece pelos vínculos entre palavras, num enunciado.

Portanto, as relações de implicações lógicas, apresentadas no esquema, não bastavam à descrição pretendida, porque ocorreria uma seqüência de enunciados, interpretáveis isoladamente uns dos outros, o que vai de encontro à idéia de que é o movimento discursivo que qualifica e descreve as palavras. Evidencia-se, assim, que a argumentação lógica é diferente da argumentação discursiva.

Essa constatação leva Ducrot a afirmar: “[...] não desejamos fazer entrar a realidade na descrição da língua, não utilizamos o quadrado aristotélico, que se estrutura em uma ordem de pensamento que não é o nosso.”¹¹

Como tentativa de aplicar o pensamento dos pesquisadores, segue como exemplo um episódio de linguagem comum, no qual o mesmo enunciado pôde ser entendido sob dois sentidos, devido ao contexto que se apresentava: a realização de uma feijoada para seiscentas pessoas. Num primeiro momento, quando chegou o feijão, ouviu-se: Esse feijão é bom! – ora, “bom” significa feijão que cozinha bem e faz caldo grosso. Para a feijoada, no entanto, o feijão não foi considerado apropriado, já que se desmancharia ao cozinhar com as carnes. Já, o segmento “Esse feijão é bom”, no dia-a-dia da dona de casa, suscitaria reação positiva, visto que cozinhar depressa poupa tempo. Nota-se, portanto, que a palavra “bom”, como determinante de feijão, tem caráter negativo num contexto e positivo em outro. Para fazer uma feijoada com cinquenta quilos de feijão, em que os grãos precisam cozinhar por longo período junto a carnes, é necessário que o feijão *não* seja bom. Para a dona de casa, que cozinha pouca quantidade de feijão ao dia, *o feijão bom* é muito bem-vindo. Esse exemplo procura ilustrar que o primeiro segmento (O feijão é bom) necessita de segmento discursivo para se entender o enunciado.

¹¹ “[...] no deseamos hacer entrar a realidade en la descripción de la lengua, no utilizamos el cuadrado aristotélico, que se ubica em um orden de pensamiento que no es el nuestro.” (2005, p.45)

Obtém-se o seguinte, a partir do exemplo supracitado:

(1) O feijão é bom, DC (portanto) vamos fazer a feijoada.

(2) O feijão é bom, DC (portanto) não poderemos fazer a feijoada.

Assim, (1) e (2) formam, cada um, um enunciado e não dois. Isso porque o primeiro segmento, dada sua função argumentativa, depende do segundo segmento para constituir um sentido. Não é porque foram utilizadas as mesmas expressões nos primeiros segmentos de (1) e (2) que os dois discursos dizem a mesma coisa. “De modo geral, cada vez que tenho uma seqüência em que o primeiro segmento é argumento para o segundo, direi que há somente um enunciado¹² e, portanto, somente uma frase [...]”¹³ Esse raciocínio do teórico encontra-se explicitado nas páginas posteriores desta seção.

Na seqüência, apresentaremos as idéias importantes no desenvolvimento da ADL, observando suas diferentes fases até a atual.

1.1 Modelo *Standard* da ADL

Oswald Ducrot e J. C. Anscombe (1990, p.49-64) propuseram-se a criar uma teoria em oposição à concepção tradicional do sentido, segundo a qual, em um enunciado identificam-se três tipos de indicações: objetivas, subjetivas e intersubjetivas. As primeiras consistem na representação da realidade, as segundas na atitude do locutor frente à realidade e as últimas nas relações do locutor com seu interlocutor.

Para os pesquisadores, a indicação objetiva, chamada *denotação*, não dá acesso direto à realidade nem a descreve literalmente. A seu modo de ver, se a linguagem descreve a realidade, o faz por meio da subjetividade e da intersubjetividade. Seguindo esse raciocínio, acreditam na unificação dessas duas últimas indicações, já que o locutor,

¹² No artigo publicado em *Letras de Hoje* (2008), Marion Carel e Oswald Ducrot, utilizam a nomenclatura “encadeamento”, em vez de enunciado.

¹³ “De manera general, cada vez que tengo una secuencia donde el primer segmento es argumento para el segundo, diré que hay un solo enunciado y por lo tanto una sola frase[...]”. (DUCROT, 1990, p.55).

ao se pronunciar, demonstra, ao mesmo tempo, o que sente e a reação que espera do seu interlocutor. Essa unificação constitui o valor argumentativo dos enunciados. A partir da verificação em exemplos, chegam os autores à conclusão de que não há razão para separar denotação de conotação, como ainda fazem as gramáticas tradicionais (DUCROT, 1990, p.50-51).

Reforçando o que foi dito, é impossível estabelecer o sentido de um enunciado a partir de pesquisa de vocábulos no dicionário, já que não existe um sentido literal e constante para um signo. Os pesquisadores defendem que a descrição da realidade, por meio da linguagem, é feita indiretamente e resulta da expressão da atitude do locutor e do apelo que este faz ao interlocutor e contestam a idéia de que as palavras têm o objetivo de comunicar. Vista assim, sob contestação, a descrição perde seu valor objetivo, o de informar. (DUCROT, 1990, p.49-64).

A **ADL** – proposta por Ducrot e Ascombre – apresenta, então, uma referência interna (ligada à função argumentativa), em substituição à idéia tradicional de uma referência externa. Parte do princípio de que a língua argumenta sobre o mundo, por meio dos encadeamentos possíveis nos enunciados, ou seja, o núcleo semântico profundo dos enunciados não é constituído por dados retirados da realidade externa, e, sim, pelas relações que se estabelecem entre o enunciado anterior e o posterior.

Conectores como *porém*, *logo*, *portanto*, entre outros, provocam a transformação de frase em enunciado (frase complexa). A frase, na ADL, segundo Graeff (2001, p.48), “é entendida como uma estrutura abstrata, cuja *significação* contém *instruções* para decodificar o *sentido* dos enunciados possíveis.” (grifos da autora) Na frase, encontram-se pistas que devem ser procuradas no contexto para atribuir sentido aos enunciados, que, por constituírem segmentos empíricos e observáveis no discurso, jamais se repetem.

Ducrot demonstra a distinção e a aproximação entre frase e enunciado ao citar o exemplo: “Es amable pero un poco tonto.” Conforme explica, em ‘Es amable’, a amabilidade deste segmento (frase simples), vista por si só, seria totalmente diferente da amabilidade que se desencadeia com ‘pero un poco tonto’. Vários enunciados poderiam ser produzidos a partir de ‘Es amable’, como: *É amável, por isso bem quisto.*; *É amável, porém intolerante*. Em quaisquer dos enunciados, o conector usado foi capaz de ‘fabricar’

a partir da frase simples *É amável* uma seqüência, que, por sua vez, foi enunciada num discurso. E a língua é, segundo Ducrot, um conjunto de enunciados. Nesse ponto, uma descrição sistemática da língua seria, pois, calcular o valor semântico dos enunciados (frases complexas com encadeadores argumentativos) a partir do valor semântico das frases simples (segmento). (DUCROT, 1990, p.56).

Construções lingüísticas estudadas pelos teóricos comprovam a necessidade de continuidade discursiva, de acordo com o que se observa na citação

Suponhamos que alguém diga três vezes seguido “faz bom tempo.” Direi que neste caso temos três enunciados sucessivos de uma só frase. Isso significa que o enunciado é, para mim, uma das múltiplas realizações possíveis de uma frase. Disto resulta que o enunciado é uma realidade empírica, é o que podemos observar quando escutamos as pessoas falarem. A frase, pelo contrário é uma realidade teórica. É uma construção do lingüista que lhe serve para explicar a infinidade de enunciados. Isso significa que a frase é algo que não pode ser observado: não ouvimos, não vemos frases. Somente vemos e ouvimos enunciados (DUCROT, 1990, p. 53).¹⁴

Na citação a seguir, vê-se que os resultados a que chegaram Ducrot e Anscombe de que o “sentido”¹⁵ é apreendido no discurso e de que o valor argumentativo de uma palavra ou segmento é a possibilidade ou impossibilidade discursiva destes sustentarem a continuidade dos estudos e permanecerão, posteriormente, na Teoria dos Blocos Semânticos, proposta por Marion Carel.

É necessário recordar aqui que descrevo a TADL no geral como Jean-Claude Anscombe e eu a idealizamos durante vários anos e que tudo o que há aqui assinalado se mantém

¹⁴ “Supongamos que alguien diga tres veces seguidas “hace buen tiempo.” Diré que em este caso tenemos tres enunciados sucesivos de una sola frase. Esto significa que el enunciado es, para mí, una de las múltiples realizaciones posibles de una frase. De esto resulta que el enunciado es una realidad empírica, es lo que podemos observar cuando escuchamos hablar la gente. La frase por el contrario es una realidad teórica. Es una construcción del lingüista que le sirve para explicar la infinidad de enunciados. Esto significa que la frase es algo que no puede ser observado: no oímos, no vemos frases. Solamente vemos y oímos enunciados.” (DUCROT, 1990, p. 53).

¹⁵ A distinção entre significação e sentido confere, portanto, àquela o valor semântico da frase e a este o valor semântico do enunciado, ou seja, a frase é da língua e o enunciado é do discurso.

na TBS. Particularmente, a idéia fundamental a respeito de sentido: o sentido se baseia na argumentação.¹⁶

Pensando que o sentido se baseia na argumentação, (A) – argumento - contém uma estrutura lingüística, que possui instruções para chegar ao sentido de seu enunciado. É a língua, portanto, que dará pistas ao interlocutor para encontrá-lo no *contexto* ou no *próprio ato da enunciação*. Ao intérprete cabe, pois, reconstituir a estratégia argumentativa constituída pelo locutor. Nessa perspectiva, não se pode mais separar o nível semântico lingüístico do semântico pragmático, uma vez que eles se fundem nas instruções que a língua contém para a busca pragmática.

Ao perceber que a situação de discurso é interior ao enunciado; que a situação faz parte de seu sentido, na medida em que este representa a enunciação expressa pelo próprio enunciado, Ducrot vê a necessidade de um conceito mais amplo de argumentação, o que se verá a seguir, na forma ampliada da ADL.

1.2 Forma Ampliada da ADL

Viu-se que a Teoria da Argumentação na Língua vincula-se, além de a uma perspectiva estruturalista, também a uma perspectiva enunciativa. Oswald Ducrot (apud Barbisan, 2005, p. 03) salienta a existência de um condicionamento *social* na fala, que é estabelecido pela relação entre locutor e interlocutor. Para o locutor, a natureza do ato da fala é segundo sua vontade e seus valores, por isso, individual. “Mas há uma causalidade *social* – da relação locutor-interlocutor – que explica, em parte, o valor que é atribuído ao enunciado.” (ibid). É preciso entender a relação locutor/interlocutor por meio de diferentes realizações da linguagem e não como funcionamento único.

¹⁶ “Es necesario recordar aquí que describo la TADL em general tal como Jean-Claude Anscombe y yo la ideamos durante vários años y que todo lo que hasta aquí he señalado se mantiene em la TBS. En particular, la idea fundamental respecto del sentido: el sentido se basa em la argumentación.” (DUCROT, 2005, p.12).

Ducrot conceitua enunciação como o acontecimento advindo de um *enunciado*, não interessando para o teórico o autor do enunciado, nomeado de sujeito empírico (SE).

Por meio das seguintes citações, retoma-se a afirmação acima e acrescenta-se que ato enunciativo não é produto do sujeito empírico (autor do enunciado) tampouco somente do locutor, pois dele participam várias vozes que se justapõem e se contrapõem. Essa noção de superposição de vozes se traduz na Teoria da Polifonia, segundo a qual o enunciado coloca em cena pontos de vista, que são chamados enunciadores.

Observe-se:

Vê-se então que o foco da Teoria da Argumentação da Língua é o produto da enunciação: o *enunciado*, e, *como teoria semântica, o sentido do enunciado*.[...]Assim, o sentido do enunciado pelo qual o locutor é *responsável é uma representação da enunciação desse enunciado*.

Retomando, para a concepção de enunciação de Ducrot, não interessa o produtor do enunciado, mas o sentido por ele produzido. Contestando que o sujeito da enunciação seja único, Ducrot criou a teoria da polifonia, em que mostra que o autor de um enunciado apresenta nele vários sujeitos com diferentes funções: *o sujeito empírico* (que não é o objeto de estudo do lingüista), o *locutor* (que é o responsável pelo enunciado) e os *enunciadores* (origens de pontos de vista, pontos de perspectiva, não *pessoas*). Os *enunciadores* são argumentadores e em relação a eles, o locutor assume atitudes (de concordância, de identificação, de rejeição, etc.) e assim constitui a própria argumentação. (BARBISAN, 2005, p.04).

Percebendo que a situação do discurso ocorre no interior do enunciado, o que é um forte argumento para desinformatizar, deslogicizar a semântica, uma vez que não se pode, num diálogo, estabelecer verdade ou falsidade, sente-se a necessidade de ampliar a Teoria da Argumentação e, para isso, Ducrot e seus colaboradores desenvolvem em seus estudos *a Teoria da Polifonia e a dos Topoi*, apresentadas nos próximos tópicos.

1.2.1 Teoria da Polifonia

Conforme Ducrot (1990, p. 15-29), a noção de polifonia, originalmente, refere-se a um conjunto musical no qual se sobrepõem diferentes partituras. Mikhail Bakhtin, há mais de sessenta anos, empregou essa metáfora para caracterizar duas formas de literatura: a *dogmática* (erudita), na qual se expressa uma voz, a do autor, ou mais de uma voz (no caso várias personagens) que, de alguma forma, são julgadas pelo autor e que levarão o leitor a pensar de acordo com o que aquele pensa e a *popular* ou *polifônica*, na qual os personagens apresentam-se por si mesmos, sem julgamento do autor.

Ducrot faz referência à análise feita pela Teoria dos Atos de Fala, na qual o sentido é apreendido horizontalmente através dos elementos lingüísticos, cada um tomado à parte, numa relação de força e conteúdo. Criticada, essa análise horizontal é contraposta à análise polifônica, conforme se pode observar na citação:

Na teoria dos atos da fala o sentido está constituído por dois elementos: uma força ilocucionária e um conteúdo proposicional. Por exemplo um enunciado do tipo *Pedro veio* conserva uma força ilocucionária posta que se aplica a uma proposição, neste caso a vinda de Pedro. O enunciado interrogativo *Pedro veio?* contém uma força ilocucionária de interrogação que se aplica ao mesmo conteúdo proposicional: vinda de Pedro. Um enunciado imperativo como *Que Pedro venha!* Conservaria uma força ilocucionária de ordem com esse mesmo conteúdo proposicional. Nesta concepção da filosofia da linguagem, o locutor toma uma única atitude no enunciado e essa atitude está indicada pela força ilocucionária. Na teoria da polifonia, pelo contrário, o enunciado apresenta múltiplos pontos de vista diferentes e o locutor toma múltiplas atitudes em relação a esses pontos de vista.¹⁷

¹⁷ “Antes de mostrar cómo se aplica esta concepción del sentido a los ejemplos argumentativos que trabajé la vez pasada, quisiera indicar rápidamente la diferencia entre esta concepción del sentido y la teoría de los actos de habla. En la teoría de los actos de habla el sentido está constituido por dos elementos: una fuerza ilocucionaria y un contenido proposicional. Por ejemplo un enunciado del tipo *Pedro vino* conlleva una fuerza ilocucionaria de aserción que se aplica a una proposición, en este caso la venida de Pedro. El enunciado interrogativo *¿vino Pedro?* contiene una fuerza ilocucionaria de interrogación que se aplica al mismo contenido proposicional: venida de Pedro. Un enunciado imperativo como *Que Pedro venga* conllevaría una fuerza ilocionaria de orden con ese mismo contenido porposicional. En esta concepción de la filosofía del lenguaje, el locutor toma una sola actitud en el enunciado y esta actitud está indicada por la fuerza ilocucionaria. En la teoría de la polifonía, por el contrario, el enunciado presenta una multitud de

Note-se que a noção de polifonia visa à substituição da análise discursiva horizontal por uma análise vertical. A análise vertical atribui a cada um dos enunciadores uma autonomia enunciativa: cada um constitui a significação de um discurso possível. Há vozes diferentes (pontos de vista) que se fazem ouvir simultaneamente no enunciado.

Para uma melhor compreensão, Ducrot (1990, p.16-20) analisa as funções do **sujeito empírico (SE)**, do **locutor (L)** e do **enunciador (E)**:

a) o **(SE)** é o produtor do enunciado, mas nem sempre determinado. Numa circular administrativa, por exemplo, quem é o SE? Pode ser a secretária, um funcionário, o diretor, entre outros que fazem parte do setor de administração de uma empresa. Também se torna difícil determinar um produtor de enunciado, visto que os discursos não são totalmente originais;

b) o **(L)** é o responsável pelo enunciado e a quem se atribui o ato da enunciação – sua presença pode ser marcada no discurso por expressões de primeira pessoa, como pronomes. Nessa concepção, o locutor pode ser diferente do sujeito empírico. Pensemos numa embalagem de preservativo, cuja escrita diz: “utilize-me” – isso comprova que não é o **(SE – produtor do enunciado)** que será utilizado, mas sim que houve um responsável pela legenda – o **(L)**. Também o locutor ocupa no ato de enunciação três posições: a de concordar, discordar ou se identificar com os enunciadores;

c) por enunciadores **(E)**, Ducrot confere os pontos de vista (abstratos) presentes no enunciado.

Generalizando, diz-se que a estrutura gramatical de uma frase indica, somente, sob uma forma muito abstrata, o cenário esquematizado de um diálogo, o número de enunciadores que nele intervêm, bem como o papel que eles irão desempenhar. A interpretação de uma ocorrência particular dessa frase consiste em “preencher” esse esquema, com alguns dados emprestados do contexto, assimilando os enunciadores a seres determinados e precisando o conteúdo específico de sua intervenção.

puntos de vista diferentes y el locutor toma una multitud de actitudes en relación con esos puntos de vista.” (DUCROT, 1990, p. 67-68).

Na perspectiva da Teoria da Polifonia proposta (1990), existem três etapas importantes para a constituição do sentido de um enunciado:

- (a) apresentação dos pontos de vista dos diferentes enunciadore;
- (b) indicação da posição do locutor em relação à posição dos enunciadore;
- (c) identificação do(s) enunciadore(s) com seres determinados.

A partir da definição dada sobre o fato de o locutor (L) se identificar, discordar ou concordar com pontos de vista, Ducrot (1990, p. 22-23) define as noções de humor, de ironia e de negação.

Nos casos de produção de humor, em grande parte dos discursos, L apresenta os enunciadore mantendo-se distante deles

[...] caracterizo de humorístico um enunciado que cumpre as três condições seguintes:

1. Entre os pontos de vista apresentados no enunciado, pelo menos há um que é obviamente absurdo, insustentável (em si ou no contexto).
2. O ponto de vista absurdo não é atribuído ao locutor.
3. No enunciado não se expressa nenhum ponto de vista oposto ao ponto de vista absurdo (não é retificado por nenhum enunciadore. Entre os enunciados humorísticos chamarei de ‘irônicos’ aqueles em que o ponto de vista absurdo é atribuído a um personagem determinado, que se busca ridicularizar.¹⁸

¹⁸ “[...] califico de humorístico un enunciado que cumple las tres condiciones siguientes:

1. Entre los puntos de vista representados en el enunciado, por lo menos hay uno que obviamente es absurdo, insostenible (en sí mismo o en el contexto).
2. El punto de vista absurdo no es atribuído al locutor.
3. En el enunciado no se expresa ningún punto de vista opuesto al punto de vista absurdo (no es rectificado por ningún enunciadore). Entre los enunciados humorísticos llamaré “irônicos” aquellos en que el punto de vista absurdo es atribuído a un personaje determinado, que se busca ridicularizar.” (DUCROT, 1990, p. 22).

A modo de exemplificação do discurso humorístico, Ducrot apresenta uma história ocorrida em um restaurante de luxo, em Paris, no qual se encontra um cliente acompanhado de um cachorrinho *teckel*. O dono do estabelecimento achando-se na obrigação de conversar com o cliente, diz: - Suponho que o senhor esteja apreciando a qualidade da comida que até agora lhe servimos. Sabe, nosso cozinheiro é o antigo chefe do rei da Suécia? O cliente permanece quieto, e o dono continua: - Vejo que escolheu um vinho de excelente qualidade, como os que seleciona nosso enólogo; é que tive a sorte de poder contratar o antigo enólogo do reino da Inglaterra. Tampouco responde o cliente. Sem desistir, o dono continua: - Veja, se nossos garçons são tão precisos, discretos, limpos, rápidos, é porque nosso chefe de cozinha esteve a serviço do rei da Espanha. O cliente ainda permanece calado. O dono compreende que é prudente mudar de conversa e se referindo ao cachorrinho exclama: - O senhor, você tem um precioso *teckel*! Imediatamente o homem sentado à mesa responde: - Meu *teckel*, senhor, é um antigo São Bernardo.

Veja-se que, no último enunciado, único proferido pelo cliente, há marca de primeira pessoa, por meio do pronome possessivo “Meu”. Há, como primeira condição de um discurso humorístico, um ponto de vista obviamente absurdo segundo o qual o *teckel* seria um antigo São Bernardo. Há, também, como segunda condição, o fato de esse ponto de vista defendido pelo cliente servir ao dono do restaurante, e não ao locutor. E, finalmente, cumpre-se a terceira condição por não haver no discurso nenhuma retificação do enunciado expresso. Ducrot afirma: “Temos, pois um enunciado humorístico **que pode qualificar-se inclusive como irônico enquanto está destinado a atacar uma pessoa: aquela a quem se atribui o ponto de vista absurdo.**”¹⁹ (grifo nosso).

Há no item (3.), último das condições que qualificam um discurso de humorístico, uma breve distinção entre humor e ironia. Segundo o que está grifado na citação acima, poderia-se dizer que a **pessoa atacada** no discurso irônico é, na história contada, o enunciadador personagem *dono do restaurante*.

Observa-se que Ducrot (1990, p. 20-21) refere-se à ironia segundo a concepção do humor e da negação, estando ela posta no enunciado e vista pelo movimento discursivo

¹⁹ “Tenemos pues un enunciado humorístico que puede calificarse incluso de irónico por cuanto está destinado a atacar a una persona: aquella a quien se le atribuye el punto de vista absurdo.” (DUCROT, 1990, p. 21).

entre locutor e enunciadores. O teórico defende essa idéia e refuta a de que se pode depreender a ironia no sentido das palavras ou expressões existentes na língua, independentemente do seu uso. Esse entendimento faz-se necessário para o presente estudo, visto que é hipótese o fato de o discurso irônico permear os textos de *Memórias Póstumas de Brás Cubas*.

Compreende-se que, mesmo sob a frase mais simples, pode haver um diálogo imaginário. O sentido de um enunciado, portanto, se reduz à superposição das vozes de diferentes enunciadores – superposição que, em certo caso, pode mesmo aparecer como uma confrontação, na *negação*, por exemplo, em que um enunciador que refuta responde a um enunciador que afirma e, na produção de *humor*, em que, pelo menos, há um ponto de vista absurdo.

Ao se referir sobre a negação, Ducrot diz que nesse tipo de discurso, em que se apresenta um enunciado negativo *no-P*, há pelo menos dois enunciadores (E¹ e E²). O primeiro exprime um ponto de vista expresso por *P*, e o segundo discorda de *P*. Um enunciado negativo é uma espécie de diálogo entre dois enunciadores que se opõem um ao outro.

Veja-se:

Pedro não veio.

Enunciador 1 (*P*) ⇒ Pedro veio.

Enunciador 2 (*não-P*) ⇒ Pedro não veio.

No enunciado acima “Pedro não veio”, o locutor coloca em cena E¹ e E², discorda com E¹ e concorda com E².

Caso o enunciado se estendesse para **Pedro não veio, mas havia Paulo.**, obteria-se o seguinte diálogo esquematizado.

Enunciador 1 (*P*) ⇒ Pedro veio.

Enunciador 2 (*não-P*) \Rightarrow Pedro não veio.

Enunciador 3 \Rightarrow Pedro não veio, ficou em casa, mas há Paulo.

Enunciador 4 \Rightarrow Paulo superará a falta de Pedro.

Ao se falar de humor e negação, como se fez com humor e ironia, há de se observar as semelhanças e diferenças entre os dois tipos de discursos. Em ambos os casos, um enunciador disse algo que do ponto de vista do locutor é inadmissível: o pequeno *teckel* era antigamente um antigo São Bernardo, e Pedro veio. Contudo, na negação, há um enunciador para rechaçar o ponto de vista inadmissível, no caso “Pedro veio”, enquanto que, no humor, o enunciador é apenas apresentado pelo locutor, ou seja, não compartilha do ponto de vista nem o corrige. (DUCROT, 1990, p.23-24).

Pela pluralidade dos sujeitos e pela relação que entre eles se estabelece na enunciação, esboça-se a argumentação. Pela polifonia, fica definida a enunciação como o aparecimento do enunciado, cujo valor lingüístico, produzido pelos falantes, transforma as coisas do mundo em argumentações. Segundo Barbisan, 2005, p. 04, “A língua adquire, assim um caráter polêmico, de enfrentamento entre indivíduos.”

Na perspectiva da Teoria Polifônica, então, o enunciado apresenta diversos pontos de vista diferentes, e o locutor posiciona-se em relação a eles. Entretanto, a polifonia sozinha não se mostra suficiente para “desinformatizar” radicalmente a semântica (objetivo maior de Ducrot); não impede que se imagine que cada um dos enunciadores cumpra um ato de fala, analisável à maneira da Teoria dos Atos de Fala, o que obrigaria a restabelecer, no nível dos enunciadores, a separação horizontal entre força e conteúdo. (DUCROT, mar. 1997).

1.2.2 Teoria dos *Topoi*

Para evitar a referida separação horizontal entre força e conteúdo, uma possibilidade encontra-se na definição do enunciador como a origem de um ponto de vista, que consiste em evocar, a propósito de um estado de coisas, um princípio argumentativo que Ducrot, retomando o termo de Aristóteles, chama de *topos*. É esse *topos* - lugar considerado comum à coletividade em que o discurso ocorre -, que permite extrair argumento do estado de coisas para justificar essa ou aquela conclusão.

De acordo com Ducrot (1997, p. 10), ao dizer “**Esse filme é interessante**”, um sujeito falante coloca em cena um enunciador (com quem geralmente, mas não necessariamente, se identifica), o qual aplica ao filme um *topos* do tipo geral “Quanto mais uma obra é **interessante**, mais se assiste/ou menos se assiste” (cada preenchimento particular corresponde a um *topos* individual sobre o caráter interessante da sexta arte e o entendimento de “interessante” para as pessoas). E, para interpretar o enunciado, escolhe-se um dentre eles, o qual se supõe corresponder à ideologia e às intenções argumentativas do sujeito falante. O estoque de *topoi* (plural de *topos*), atualmente disponível na coletividade, permite, por exemplo, encadear após “Esse filme é muito interessante” conclusões como “Vá vê-lo!” ou “Que pena, não está mais passando” ou, até, “Não vá vê-lo!”

Ainda exemplificando, Ducrot diz: em “**João trabalhou pouco**”, coloca-se em cena ao menos um enunciador, com o qual o sujeito falante, habitualmente, identifica-se, que se apóia sobre um *topos* “Quanto menos trabalha, menos êxito tem”; e é uma argumentação fundada sobre esse *topos* que comanda o encadeamento discursivo efetuado ou projetado a partir do referido enunciado. Os *topoi* atualmente aceitos na nossa sociedade permitem concluir, após se ter dito que “Pedro trabalhou pouco”, que ele não tem quase nada de mérito ou chance de êxito – enquanto as conclusões inversas deveriam ser, ou introduzidas por **mas (Pedro trabalhou pouco, mas obteve êxito.)**, ou extraídas de **um pouco (Pedro trabalhou um pouco, por isso obteve êxito.)**.

Nessa perspectiva, a descrição de uma frase (entendendo-se por frase não a ocorrência particular de palavras num discurso determinado, mas a estrutura abstrata, que

metapredicados “**trabalhar**” → “**ter êxito**”. Assim, admitir a forma tópica de que *quanto mais se trabalha mais êxito se tem* equivale a admitir que há possibilidade de chegar à conclusão a partir do argumento e, portanto, legitimá-lo.

Conforme Ducrot (apud Graeff, 2001), um *topos* tem, pelo menos, as três propriedades que seguem:

(1) *Universalidade*, o que significa que uma comunidade lingüística admite partilhá-lo; pelo menos, assim crê o locutor;

(2) *Generalidade*, o que significa que o princípio é entendido como válido em um grande número de situações semelhantes àquela na qual é aplicado;

(3) *Gradualidade*, o que se refere à natureza gradual desse princípio visto relacionar, na passagem de um argumento a uma conclusão, duas escalas, entre as quais se estabelece uma correspondência que varia uniformemente. Assim, considerando o *topos* **O trabalho leva ao êxito**, há duas formas tópicas recíprocas: **quanto mais se trabalha, mais êxito se tem** e **quanto menos se trabalha, menos êxito se tem**. Note-se que as duas formas tópicas em questão são rigorosamente equivalentes, no sentido de que não se pode admitir uma sem admitir também a outra.

Contudo, torna-se difícil para os pesquisadores descrever semanticamente entidades como **trabalhador**, **avarento**, **valente**, **pouco**, **um pouco**, **pelo menos**, etc, já que diferentes *topoi* poderiam ser invocados para as mesmas, dependendo da carga de significação de cada uma, em diferentes culturas.

Evidencia-se, como se verifica na posterior citação, que não é a língua que determina quais são os *topoi* utilizados pela coletividade, e, sim que, para existir, necessita da ideologia pela sociedade convencionada.

[...] não quero dizer que uma língua produz os *topoi* de uma sociedade, isso seria completamente absurdo. Nem quero dizer que reproduz ou que incorpora todos os *topoi* da sociedade. [...]

[...]Não quero dizer, e esta será minha conclusão final, que a língua impõe uma ideologia, me parece o contrário que nos deixa uma liberdade ideológica.²⁰

A partir da constatação referida, Marion Carel – pesquisadora junto ao grupo de Ducrot – contesta a Teoria dos *Topoi* por acreditar que a língua argumenta não por fatores externos, como os *topoi* que garantiriam, justificariam a passagem de um argumento para a conclusão, mas porque tem blocos semânticos na sua estrutura.

São, portanto, as reflexões de Carel, como se verá na seção seguinte, que conduzem a modificações profundas na ADL.

1.2.3 Teoria dos Blocos Semânticos (TBS) – uma versão técnica atual da ADL

A chamada Teoria dos Blocos Semânticos constitui a terceira fase da Teoria da Argumentação na Língua. Opõe-se à concepção retórica de argumentação, segundo a qual um enunciado **A** indica um fato verdadeiro ou falso, o qual implica a verdade ou a falsidade da conclusão **C**. Ao embasar as relações argumentativas em princípios que existiam na realidade, Anscombe e Ducrot estavam renunciando ao princípio saussureano, segundo o qual a língua só se estuda a partir dela mesma. Em sua tese de 1992, Marion Carel evidencia essa percepção e aspira a uma nova concepção de sentido: não é a argumentação que se agrega ao sentido, mas, sim, é a argumentação que o constitui.

A tese de Marion Carel (1992) foi uma crítica à Teoria dos Topoi, a qual sustentava sua argumentação em elementos existentes no mundo, ao dizer que era o *topos* o responsável pela passagem do argumento à conclusão. Ducrot seguiu com Carel, no desenvolvimento da TBS.

²⁰ “[...] no quiero decir que una lengua produce los topoi de una sociedad, esto sería completamente absurdo. Nin quiera he querido decir que reproduce o que incorpora todos los topoi de la sociedad. Simplemente la lengua hace necesaria la existencia de topoi en una sociedad.[...] No quiero decir, y esta será mi conclusión final, que la lengua impone una ideología, me parece por el contrario que nos deja una libertad ideológica.” (DUCROT, 1990, p.151).

Para a TBS, conforme pretendido na ADL, o sentido de uma entidade lingüística está constituído por certos discursos que essa entidade evoca. Esses discursos são caracterizados com o nome de “encadeamentos argumentativos”. A fórmula geral que esquematiza os encadeamentos argumentativos é: X conector Y (dois segmentos unidos por conector). Segundo Carel e Ducrot (2005, p. 14), só se admitem dois tipos de encadeamentos argumentativos: os **normativos**, com conectores do tipo **DC** (portanto), e **transgressivos**, com conectores do tipo **PT** (mesmo assim).

Os teóricos esclarecem que os encadeamentos normativos e os transgressivos não estão necessariamente marcados por *portanto/DC* e por *mesmo assim/PT*. Admitem outras palavras ou expressões que indicam a mesma relação, como *logo* e *apesar de*, respectivamente conectores conclusivos e concessivos.

Exemplo:

Pedro é prudente, logo não sofrerá nenhum acidente. (encadeamento normativo)

Apesar de ser prudente, Pedro corre risco de sofrer acidente. (encadeamento transgressivo)

Carel e Ducrot (p. 16, 2005) esclarecem o porquê de se interessarem somente por encadeamentos normativos e transgressivos. A resposta é a seguinte:

nos dois tipos de encadeamentos se manifesta um fato fundamental, a saber, que cada um dos dois segmentos encadeados toma somente seu sentido na relação com o outro. Este fenômeno é o que temos chamado de *interdependência semântica* (grifo do autor).²¹

²¹ “[...] en los dos tipos de encadenamientos se manifesta un hecho fundamental, a saber, que cada uno de los dos segmentos encadenados toma solamente su sentido en la relación con el otro. Este fenómeno es que hemos llamado *interdependencia semântica*.” (CAREL e DUCROT. 2005, p. 16).

Nos exemplos a seguir, pode-se perceber a interdependência semântica referida, quando se colocam em evidência as expressões **problema** (*problema*) e **adiar o assunto** (*postergar el asunto*). Esses exemplos mostram como em um encadeamento do tipo **isso portanto aquilo** (*esto por lo tanto aquello*), o segmento **aquilo** (*aquello*), por sua vez, é compreendido em relação com o segmento **isto** (*esto*). É o que propõe Ducrot (2005, p.18):

a) Meu carro tem um problema realmente complicado, *portanto* (DC) conserte-o rapidamente. (cuidemos já!)

(*Mi auto tiene un problema realmente complicado, por lo tanto arréglemelo rápido.*)

b) Corro o risco de sofrer um acidente com o carro, *portanto* (DC) conserte-o rapidamente. (cuidemos já!)

(*Corro el riesgo de tener un accidente con el auto, por lo tanto arréglemelo rápido.*)

c) É provável que meu carro exploda, *portanto* (DC) conserte-o rapidamente. (cuidemos já!)

(*Es probable que mi auto explote, por lo tanto arréglemelo rápido.*)

Os enunciados/discursos acima (a, b, c) sugerem uma técnica para levar o mecânico a arrumar o carro, já que o problema é sério, por isso não deve ser “*postergado*” (deixado para depois).

Também podem ser usados os exemplos abaixo (d, e, f), para que o problema não fique sem resolução imediata.

d) Não é um verdadeiro problema, não o deixemos de lado. (cuidemos já!)

(*No es un verdadero problema, no posterguemos el asunto.*)

e) Não é difícil resolver o problema, não o deixemos de lado. (cuidemos já!)

(*No es difícil, no posterguemos el asunto.*)

Caso o mecânico não queira fazer a reparação do problema, poderá fazer uso dos seguintes enunciados:

f) É um verdadeiro problema, complicado, não consigo fazer a reparação agora.
(deixemos para depois!)

(Es un verdadero, complicado, no puedo hacer la reparación ya mismo.)

g) Não é um verdadeiro problema, deixemo-lo de lado. Você não corre riscos de sofrer acidentes, seu carro não vai explodir. (deixemos para depois!)

(No es un verdadero problema, dejemos el asunto de lado. Usted no corre riesgos de tener accidentes, su coche no va a explotar.)

Assim, vê-se que um conector como *DC* (portanto) – explícito em a, b, c e implícito nos exemplos d, e, f, g, h, i – introduz uma interdependência entre o sentido do primeiro segmento e o sentido do segundo segmento. Nos encadeamentos a, b, c, “problema” não significa questão difícil, mas, sim, urgente, algo que pode provocar conseqüências dramáticas. Nos encadeamentos **d** e **e**, os segmentos de ambos os lados do conector são negativos, “problema” segue significando dificuldade, mas fácil de resolver, por isso não há por que deixar para depois. No encadeamento **f**, “problema” significa algo que requer tempo, por isso, há necessidade de deixar para resolver depois. No **g**, observa-se, novamente, a negação e o sentido de que o “problema” não é grave, portanto, pode-se deixá-lo para depois.

Entende-se que não é uma palavra ou expressão, por exemplo, “problema complicado” que leva ao sentido e, sim, é a expressão, no seu encadeamento, que autoriza a construção do seu sentido. Em “Meu carro tem um problema realmente complicado, *DC* (portanto) arrume-o rápido.”, a expressão “**problema complicado**”, então, significa em si mesma “**portanto arrume-o rápido**”. Concluindo, a palavra não tem um sentido em si, mas no encadeamento, que é a argumentação (DUCROT, 2005, p. 12). Ou seja, o sentido se constrói no discurso, em situação de enunciação.

Relacionando o que foi dito com o exemplo da *feijoada*, citado no início desta seção, a concepção teórica da TBS remete ao fato de que são as expressões *DC não poderemos fazer a feijoada* ou *PT poderemos fazer a feijoada*, que significarão a primeira expressão *O feijão é bom*. E isso se dá no encadeamento, que é argumentativo.

Ducrot (2005, p.12) supõe o seguinte encadeamento argumentativo: *O hotel fica próximo da Universidade, portanto é fácil de chegar.*²², o qual pode ser esquematizado em X portanto Y . E, a partir dele, define a noção de aspecto argumentativo:

Chamaremos **A** a *perto*, e **B** a *fácil de chegar*. Suponhamos agora o encadeamento argumentativo *o hotel não está perto da Universidade, portanto não é fácil de chegar*. Aqui X é *o hotel não está perto da Universidade*, o que precede o *portanto*, e Y é *não é fácil de chegar*. Então, se chamamos **A** ao segmento X e **B** ao segmento Y , que acompanhados ou não de uma expressão de valor negativo, são pertinentes para a conexão, não vamos levar em conta a negação para reconhecer **A** e **B**. **A** será outra vez *perto* e **B**, *fácil de chegar*. Nos dois encadeamentos, os X são diferentes entre si e os Y são também diferentes. Porém **A** e **B** são idênticos nos dois encadeamentos, porque não incluímos negações no interior de **A** e de **B**. **A** e **B** nos dois casos são *perto* e *fácil de chegar*, respectivamente. Uma vez admitida esta convenção, podemos definir a noção de *aspecto argumentativo*. Chamamos *aspecto A DC B* ao conjunto de encadeamentos argumentativos normativos $X DC Y$ em que X contém **A** e Y contém **B**.²³

No prosseguimento (2005, p.20-21), os teóricos mostram o aspecto argumentativo transgressivo $A PT B$, em que X contém **A** e Y contém **B**, sem que nem **A** nem **B** sejam objeto de uma negação.

(1) O hotel fica próximo da Universidade, mesmo assim é fácil de chegar.²⁴ ($A PT B$)

(2) O hotel fica próximo da Universidade, mesmo assim não é fácil de chegar. ($A PT Neg B$)

²² El hotel está cerca de la Universidad, por lo tanto es fácil llegar.

²³ “Llamaremos **A** a *cerca* y **B** a *fácil llegar*. Supongamos ahora el encadenamiento argumentativo *el hotel no está cerca de la Universidad, por lo tanto nos es fácil llegar*. Aquí X es *el hotel no está cerca de la Universidad*, lo que precede al *por lo tanto*, e Y es *no es fácil llegar*. Entonces, si llamamos **A** al segmento de X y **B** al segmento de Y que, acompañados o no de una expresión de valor negativo, son pertinentes para la conexión, no vamos a tomar en cuenta la negación para reconocer **A** y **B**. **A** será otra vez *cerca* y **B**, *fácil llegar*. En los dos encadenamientos, las X son distintas entre sí, y las Y son también diferentes. Pero **A** y **B** son idênticos em los dos encadenamientos, porque no incluímos negaciones en el interior de **A** y de **B**. **A** y **B** en los dos casos son *cerca* y *fácil llegar*, respectivamente. Una vez admitida esta convección, podemos definir la noción de *aspecto argumentativo*. Llamamos *aspecto A PLT B* al conjunto de encadenamientos argumentativos normativos $X PLT Y$ en el que X contiene a **A** e Y contiene a **B**.” (DUCROT, 2005, p. 12).

²⁴ O encadeamento (1) faz parte do aspecto $A PT B$, no entanto é absurdo dizer: O hotel está perto da Universidade, mesmo assim é fácil de chegar.

Tornam-se possíveis, introduzindo negações, oito possibilidades de encadeamentos (a, b, c, d, e, f, g, h):

(a) A **DC** B

(1) O hotel fica próximo da Universidade, portanto é fácil de chegar.

(1) El hotel está cerca de la Universidad, por lo tanto es fácil llegar.

(b) A **PT** B

(2) O hotel fica próximo da Universidade, mesmo assim é fácil de chegar.

(2) El hotel está cerca de la Universidad, sin embargo es fácil llegar.

(c) **NEG-A DC** B

(3) O hotel não fica próximo da Universidade, portanto é fácil de chegar.

(3) El hotel no está cerca de la Universidad, por lo tanto es fácil llegar.

(d) **NEG A PT** B

(4) O hotel não fica próximo da Universidade, mesmo assim é fácil de chegar.

(4) El hotel no está cerca de la Universidad, sin embargo(PT) es fácil llegar.

(e) A **DC NEG-B**

(5) O hotel fica próximo da Universidade, portanto não é fácil de chegar.

(5) El hotel está cerca de la Universidad, por lo tanto no es fácil llegar.

(f) **NEG-A DC NEG-B**

(6) O hotel não fica próximo da Universidade, portanto não é fácil de chegar.

(6) El hotel no está cerca de la Universidad, por lo tanto no es fácil llegar.

(g) A **PT** NEG-B

(7) O hotel fica próximo da Universidade, mesmo assim não é fácil de chegar.

(7)*El hotel está cerca de la Universidad, sin embargo no es fácil llegar.*

(h) NEG-A **PT** NEG-B

(8) O hotel não fica próximo da Universidade, mesmo assim não é fácil de chegar.

(8)*El hotel no está cerca de la Universidad, sin embargo no es fácil llegar.*

Vê-se que os discursos (1), (3), (5) e (8) não são razoáveis de acontecer. Já, (2), (4), (6) e (7) são possíveis. Diz Ducrot (2005, p.22), após realizado o exercício acima:

[...] das duas indicações *o hotel fica próximo e é fácil de chegar*, não podemos dizer que sejam compatíveis ou incompatíveis entre si. O razoável é colocar um DC entre A e B e o absurdo é colocar um PT. As informações em si mesmas não têm importância. Só a escolha do conector, seja DC ou PT, que determinará que o encadeamento seja correto ou absurdo. [...] não há orações que sejam incompatíveis entre si [...], o problema é eleger o conector adequado, seja PT, seja DC. [...] Em resumo, se considerada a informação, existem incompatibilidades absolutas. Porém, estas incompatibilidades desaparecem se considerada a argumentação.²⁵

Definida a noção de aspecto normativo e transgressivo, passa-se ao conceito de blocos semânticos.

Conforme exposto, DC e PT (**portanto** e **mesmo assim**, respectivamente) não podem ser utilizados de qualquer maneira, sob risco de ocorrerem discursos absurdos. A partir de **A** e de **B** podem resultar oito encadeamentos, os quais são chamados de aspectos

²⁵ “[...] de las dos indicaciones *el hotel está cerca y es fácil llegar*, no podemos decir que sean compatibles o incompatibles entre sí. Lo razonable es colocar un *PLT* entre A e B y lo absurdo es ubicar un *PLT* entre esos dos predicados. Las informaciones en si mismas no tienen importancia. Solo la elección del conector, ya sea *PLT* o *SE*, es la que determina que el encadenamiento sea correcto o absurdo. [...] no hay oraciones que sean incompatibles entre sí [...], o problema es elegir o conector correcto, sea *SE*, sea *PLT*. [...] En resumen, si se considera la información, existen incompatibilidades absolutas. Pero estas incompatibilidades desaparecen si se considera la argumentación.” (DUCROT, 2005, p. 22).

argumentativos. Esses oito aspectos podem se agrupar em blocos de quatro aspectos cada um, sendo que o particular em cada bloco é o fato de a interdependência ser a mesma entre **A** e **B** dentro dos quatro aspectos do bloco.

Veja-se os exemplos formados a partir das expressões **estar em seu escritório** (*estar en su oficina*) significa **ter chegado** (*haber llegado*):

Encadeamento 1:

É tarde, portanto (DC) Pedro deve estar em seu escritório.
(*Es tarde, por lo tanto Pedro debe de estar en su oficina.*)

Encadeamento 2:

É tarde, mesmo assim (PT) Pedro não deve estar em seu escritório.
(*Es tarde, sin embargo Pedro no debe de estar en su oficina.*)

De acordo com Ducrot (2005, p.31-32), tarde (*tarde*) e estar em seu escritório (*estar en su oficina*), nos dois exemplos postos acima, têm o mesmo sentido. Apesar de o encadeamento (1) parecer muito diferente do (2), pertencem os dois ao mesmo bloco semântico. O autor expressa isso dizendo que o estado de coisas representado por estar em seu escritório (*estar en su oficina*) é visto através da sua aparição, ou seja, a presença de Pedro é vista como algo que se produz e não como algo que corre o risco de desaparecer. É **tempo-que-traz** (*tiempo-que-trae*).

Observa-se que, em (1), **estar em seu escritório** significa **deve ter chegado em seu escritório** e pode ser parafrazeado por 1. a., porém não por 1. b..

1. a) É tarde, portanto (DC) Pedro deve ter chegado em seu escritório. (paráfrase de (1))
(*Es tarde, por lo tanto Pedro debe de haber llegado a su oficina.*)

1. b) É tarde, portanto (DC) Pedro não deve ter chegado em seu escritório. (não é paráfrase de (1))
(*Es tarde, por lo tanto Pedro no debe de haber llegado de su oficina.*)

Por sua vez, a paráfrase do encadeamento (2) seria, segundo o autor, 2.a.:

2. a. É tarde, mesmo assim (PT) Pedro não deve ter chegado. (paráfrase de (2))

(Es tarde, sin embargo Pedro no debe de haber llegado.)

Ao refletir sobre a questão do tempo, Ducrot (2005, p.32) observa que existe o tempo que faz as coisas ocorrerem e, por outro lado, o tempo que faz as coisas desaparecerem. Sendo assim, **tempo** contém uma ambigüidade. Nos encadeamentos (1) e (2), estar em seu escritório (*estar en su oficina*) significa **ter aparecido** (*haber llegado*). A expressão É tarde (*Es tarde*) (segmento A) - X, que precede DC e PT, não possui negação. Significa, por isso, nos dois encadeamentos, **tempo-que-traz** e, conseqüentemente, ambos encadeamentos constituem aspectos do mesmo bloco semântico.

No entendimento de **tempo-que-traz** (*tiempo-que-trae*), observam-se mais dois encadeamentos, nos quais **estar em seu escritório** (*estar en su oficina*) pode ser parafraseado por **ter chegado** (*haber llegado*) e tem o mesmo valor que em (1) e (2):

Encadeamento 3:

É cedo, portanto (DC) Pedro não deve estar em seu escritório.

(Es temprano, por lo tanto Pedro no debe de estar en su oficina.)

Encadeamento 4:

É cedo, mesmo assim (PT) Pedro deve estar em seu escritório.

(Es temprano, sin embargo Pedro debe de estar en su oficina.)

Nas palavras de Ducrot (2005, p.33), no segmento A **é cedo** (*es temprano*), o tempo de que se trata é um tempo de “pequena quantidade”. Poder-se-ia parafrasear (4) como 4.a.:

4 a. Passou pouco **tempo-que-traz**, mesmo assim (PT) Pedro deve ter chegado. (chegou antes!)

(Ha transcurrido poco tiempo-que-trae, sin embargo Pedro debe de haber llegado.)

Há de se notar que os encadeamentos de 1 a 4 são aspectos argumentativos de um mesmo bloco semântico: **tempo-que-traz as coisas**, nesse caso, que traz Pedro.

Como já referido, podem-se fazer oito encadeamentos com A e B. Assim, tratar-se-á, agora, de **tempo-que-leva** (*tempo-que-se-lleva*). **Cedo** (*temprano*), para esse bloco semântico, significa **passou pouco tempo** (*ha transcurrido poco tiempo*). Veja-se o bloco, representado de 1' a 4', no qual o tempo muda em relação ao que se mostrou de 1 a 4 – trata-se de blocos contrários:

(1') É cedo, portanto (DC) Pedro deve estar em seu escritório. (O que significa não haver saído, já que pode ser parafraseado por “É cedo, portanto (DC) Pedro não deve ter partido.”)

(1') Es temprano, por lo tanto (DC) Pedro debe de estar en su oficina.

(2') É cedo, mesmo assim (PT) Pedro não deve estar em seu escritório.

(2') Es temprano, sin embargo (PT) Pedro no debe de estar en su oficina.

(3') É tarde, portanto (DC) Pedro não deve estar em seu escritório.

(3') Es tarde, por lo tanto Pedro no debe de estar en su oficina.

(4') É tarde, mesmo assim Pedro deve estar em seu escritório. (O que significa não haver partido, por mais que o tempo tivesse passado.)

(4') Es tarde, sin embargo Pedro debe de estar en su oficina.

De acordo com Ducrot (2005, p. 34-35), com os aspectos mostrados, os dois blocos semânticos podem ser esquematizados por meio de quadrados argumentativos:

Bloco Semântico 1: Tempo-que-traz os acontecimentos.

(Tiempo-que-trae-los-acontecimientos)

Referências:

A é favorável a B: o tempo-que-traz é favorável para a presença das coisas.

(A es favorable a B: el tiempo que trae es favorable para la presencia de las cosas)

A = tarde (*tarde*)

B = estar no escritório (*estar oficina*)

(1) Tarde PT Neg- estar oficina

(2) Neg-tarde PT estar oficina

A PT Neg B

Neg A PT B

Neg A DC Neg B

A DC B

(3) Neg-tarde DC Neg-estar oficina

(4) Tarde DC estar oficina

Bloco Semântico 2: Tempo-que-leva os acontecimentos.

(*Tiempo-que-se-lleva-los-acontecimientos*)

Referências:

A é desfavorável a B: o tempo que destrói é desfavorável para a presença das coisas.

(*A es desfavorable a B: el tiempo que destruye es desfavorable para la presencia de las cosas*)

A = tarde (*tarde*)

B = não estar no escritório (*no estar oficina*)

(1') Tarde PT estar oficina

(2') Neg-tarde PT Neg-estar oficina

A PT B

Neg A PT Neg B

Neg A DC B

A DC Neg B

(3') Neg-tarde DC estar oficina

(4') Tarde DC Neg-estar oficina

Após a análise das palavras **tarde** (*tarde*) e **cedo** (*temprano*), retoma-se que com **A** e **B** podem-se construir oito aspectos que se agrupam. Mas, por que esses aspectos se agrupam em blocos diferentes? A resposta consiste no fato de que os aspectos *A DC B*; *A PT NEG-B*; *NEG-A PT B*; *NEG-A DC NEG-B* representam um mesmo sentido e os outros

quatro aspectos *A DC NEG-B*; *A PT B*; *NEG-A DC B*; *NEG-A PT NEG-B* representam outro sentido.

De acordo com o que se observou, os segmentos em PT não são contrários à regra e não se desvinculam dela, mas, sim, contra-argumentam.

Prosseguindo em sua conferência, Ducrot (2005, p.40), em nível de convenções de escrita, faz sugestões: o uso da palavra *CON* para designar tanto conectores normativos (portanto, porque, etc) quanto transgressivos (ainda que, mesmo que, mas, etc). Explica o autor que ao se usar *CON*, como conector normativo, *CON'* será utilizado para marcar conector transgressivo e vice-versa.

- a) Pedro veio *CON* havia Paulo. (portanto (DC))
- b) Pedro veio *CON'* havia Paulo. (mesmo assim (PT))

Ainda diz o lingüista que as letras **X** e **Y** designarão o que precede e o que segue o conector *CON* em nome de um aspecto. Em conseqüência, **X** e **Y** podem conter negações. **X** pode ser *A* e *Neg-A*, **Y** pode ser *B* e *Neg-B*, ainda que *A* e *B* não contenham negações.

Importa saber, com base nessas considerações, que:

- a. Os aspectos (a) e (b) e, por outro lado, (c) e (d) de um mesmo bloco semântico são **conversos**.

(a) *A CON B* (*A DC B* - Pedro veio, portanto veio Paulo.)

(b) *A CON' Neg-B* (*A PT Neg-B* - Pedro veio, mesmo assim não veio Paulo.)

(c) *Neg-A CON' B* (*Neg-A PT B* - Pedro não veio, mesmo assim veio Paulo.)

(d) *Neg-A CON Neg-B* (*Neg-A DC Neg-B* = Pedro não veio, portanto não veio Paulo.)

- b. Os aspectos (e) e (f) e, por outro lado, (g) e (h) de um mesmo bloco semântico são **recíprocos**.

(e) *A CON B* (*A DC B* – Pedro veio, portanto veio Paulo.)

(f) *Neg-A CON Neg-B* (*Neg-A DC Neg-B* – Pedro não veio, portanto não veio Paulo.)

(g) *Neg-A CON' B* (*Neg-A PT B* – Pedro não veio, mesmo assim veio Paulo.)

(h) *A CON' Neg-B* (*A PT Neg-B* – Pedro veio, mesmo assim não veio Paulo.)

c. Os aspectos (i) e (j) e, por outro lado, (k) e (l) de um mesmo bloco semântico são **transpostos**.

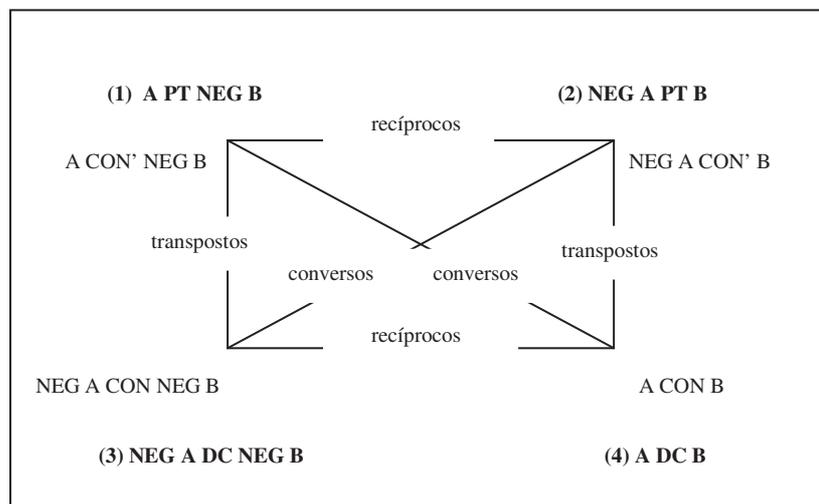
(i) *A CON B* (*A DC B* – Pedro veio, portanto veio Paulo.)

(j) *Neg-A CON' B* (*Neg-A PT B* – Pedro não veio, mesmo assim veio Paulo.)

(k) *Neg-A CON Neg-B* (*Neg-A DC Neg-B* – Pedro não veio, portanto não veio Paulo.)

(l) *A CON' Neg-B* (*A PT Neg-B* – Pedro veio, mesmo assim não veio Paulo.)

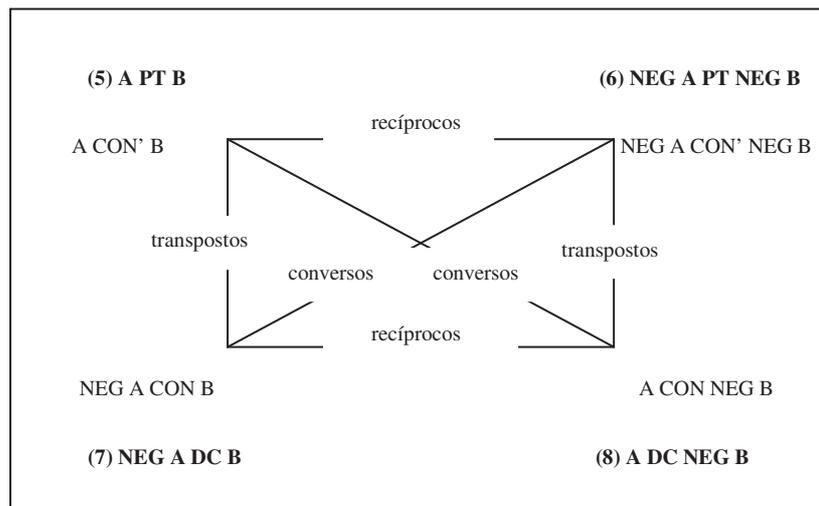
As relações discursivas apresentadas ficam, deste modo, esquematizadas em um quadrado argumentativo:



Modelo de quadrado argumentativo (CAREL e DUCROT. 2005, p. 41, alterações nossas)²⁶

Na evidência de **Pedro veio CON não havia Paulo**, os aspectos ficam, assim, esquematizados:

²⁶ A figura original, retirada de “*La Semántica Argumentativa – Uma introducción a la Teoría de los Bloques Semánticos*”, constitui a figura nº 1 do anexo deste estudo.



Os aspectos (1), (2), (3) e (4), do primeiro quadrado argumentativo, bem como o (5), (6), (7) e (8) do segundo, foram ali colocados porque serão desse modo, com conectores DC (portanto) e PT (mesmo assim) e não com *CON* e *CON'*, empregados nos quadrados argumentativos das análises, no capítulo 2 desta pesquisa.

Posto isso, cumpre referir-se às terminologias **reciprocidade**, **conversão** e **transposição**, presentes no quadrado argumentativo, explicitando as relações formais que se estabelecem a partir delas. Ducrot (2005, p. 45-46) as explica de acordo com cada ângulo do quadrado:

a) a relação entre (1) e (2) consiste em negar os termos que se encontram de um lado e de outro do conector, mantendo o conector. Em (3) e (4) situam-se os aspectos Neg-A DC Neg-B, e em (4), A DC B. A diferença entre (3) e (4) é a mesma que a entre (1) e (2) – é a mesma relação -, já que o termo positivo de um lado aparece como negação e, de outro, o conector se conserva. A essa relação dá-se o nome de **reciprocidade**;

b) na diagonal do quadrado, entre (1) e (4), apresenta-se uma relação em que o primeiro termo se conserva: **A** é reiterado nos dois ângulos; muda-se o conector, e o segundo termo é negado. A essa relação, que permite descrever a noção geral de negação, dá-se o nome de **conversão**;

c) há ainda outra relação, chamada de **transposição**, que se estabelece entre (1) e (3) e entre (2) e (4). Conforme se observa, quando se passa de (1) a (3), nega-se o

primeiro termo, muda-se o conector e se mantém o segundo termo. O mesmo processo ocorre na passagem de (2) a (4).²⁷

Convém retomar que a idéia do uso do quadrado argumentativo, para agrupar expressões, é muito antiga, como se mostrou no modelo de quadrado construído por Aristóteles, no início desta seção. A diferença é que o quadrado aristotélico baseava-se em relações lógicas, enquanto que o quadrado ora tratado tem como base relações discursivas.

Em 2008, publicou-se um artigo intitulado *Descrição argumentativa e descrição polifônica: o caso da negação*²⁸. Nesse texto, Marion Carel e Oswald Ducrot expõem concepções sobre as teorias, apresentando modificações advindas dos estudos por eles desenvolvidos.

Aspectos relevantes para este estudo, presentes no artigo supracitado, serão apresentados a partir de agora. Pretende-se explicar as novas proposições dos autores sobre: atitudes do locutor frente aos enunciadores, argumentação externa e interna de uma entidade lingüística, aspectos do discurso evocados e expressos, relações de aspectos em quadrados argumentativos, o processo da negação na polifonia.

Inicialmente, é reforçada a distinção entre as atitudes do locutor frente aos enunciadores e o modo como o locutor assimila os enunciadores de determinada personagem do discurso. Os teóricos lembram que é no enunciado – ocorrência particular da frase – que o locutor atua duas vezes: assimilando e assumindo (atitudes) frente aos enunciadores (2008, p. 7- 8).

Nessa medida, seguem explicando que “uma descrição propriamente lingüística não pode dizer quais são as assimilações e atitudes manifestadas em um enunciado” (ibid., p. 7). Assim, os teóricos mantêm a “concepção instrucional” da significação, segundo a qual é a frase mostra “exigências, limites e restrições para construir as assimilações e atitudes manifestadas em um enunciado”. (ibid., p.7)

²⁷ Todas essas relações podem ser observadas nas figuras nº02 e nº03 (DUCROT, 2005, p. 46), que constam na seção **anexo**.

²⁸ O artigo *Descrição argumentativa e descrição polifônica: o caso da negação* foi traduzido para a língua portuguesa por Leci Borges Barbisan.

Quanto a assimilações e atitudes do locutor frente aos enunciadores, os lingüistas deixam de lado o que antes consideravam: o fato de o locutor se identificar, discordar, ou concordar com eles (DUCROT, 1990, p. 22-23). A partir de então, o locutor vai ser responsável por dois atos.

O primeiro consiste em assimilar os enunciadores a seres determinados ou a seres indeterminados. Para exemplo de assimilação a ser determinado, dá-se como exemplo o enunciado “eu me sinto cansado”; nesse caso, o locutor “dá-se a si mesmo a origem do ponto de vista segundo o qual se está cansado.” Como exemplo de assimilação de ser indeterminado, tem-se os seguintes enunciados elucidativos: “segundo os bons estudantes a prova era fácil” ou, ainda, “parece que fará bom tempo amanhã”. Questiona-se: quem são os bons estudantes e quais são as pessoas cuja opinião autoriza o locutor a dizer ‘parece’? Veja-se que, de acordo com os lingüistas, “o sentido do enunciado não contém nenhuma resposta a essas perguntas. Resumindo, há duas possíveis assimilações: à personagem determinado e à personagem indeterminado (2008, p.8).

O segundo ato do locutor frente aos enunciadores é o de tomar as seguintes atitudes – de assumir, concordar ou se opor. Dizem os autores, “o que o locutor procura impor é o ponto de vista do enunciador enquanto ponto de vista da personagem à qual o enunciador é assimilado” (CAREL e DUCROT, 2008, p. 8). Dar sua concordância ao enunciador é “proibir e se proibir”, no desenrolar do discurso, contestar o ponto de vista desse enunciador. Opor-se ao enunciador de um ponto de vista é o que faz o locutor de um enunciado negativo ao que seria dito no positivo correspondente.

Convém lembrar que, anteriormente a essa fase da Teoria, ‘a identificação do locutor’ serviu às vezes para designar tanto o assumir quanto a assimilação ao locutor. Diante disso, Ducrot e Carel assim se posicionam:

Pensamos agora que se trata aqui de um duplo erro. A assimilação ao locutor não é condição necessária para o assumir, porque pode acontecer que o locutor assuma um enunciador ao qual ele não é assimilado. (CAREL e DUCROT, 2008, p. 8).

Um enunciado como ‘parece que João virá’ exemplifica o que foi escrito acima. Nesse segmento, declara-se que a vinda de João é um fato sobre o qual alguém pode apoiar-se e que se impede de pôr em dúvida, pois não se pode continuar com “mas”, “não creio em nada disso”. Viu-se que assimilar não é necessário para assumir, pois, na enunciação exemplificada, o locutor assume a vinda de João, contudo não há assimilação.

Ainda sobre o assumir e o assimilar, discorrem Carel e Ducrot (2008, p. 8) que a assimilação pode ser feita sem o assumir no caso da pretensão de um distanciamento, como no exemplo dado: “esse filme é excelente, definitivamente o melhor do ano”. Nesse ato enunciativo, talvez proferido por um crítico reconhecido, “alguém atribui-se (sic) a si mesmo a apreciação ‘o melhor do ano’, mas de modo por assim dizer parentético, e renuncia a impô-lo ao destinatário, a quem se pede apenas que aceite a qualificação ‘excelente’.” [...] Esta característica se apresenta na auto-ironia, a qual consiste em um “autodistanciamento”.

A respeito do parágrafo anterior, é possível que o fato de assimilar e não assumir aconteça nos textos que serão analisados na seção posterior. Existe, desde já, a idéia de que o defunto autor Brás Cubas assimile a personagem Brás Cubas (seu eu vivo), mas não assuma o discurso da personagem.

Para Carel e Ducrot, a distinção nítida entre as duas funções do locutor (assimilar e assumir enunciadores) é de extrema relevância, já que permitirá precisar qual a relação entre elas. A relação entre as duas funções não se estabelece por proposições condicionais, ou seja, ‘se o locutor opera tal tipo de assimilação, ele deve tomar tal tipo de atitude.’ (2008, p. 8). Refutando a natureza implicativa, acreditam os lingüistas que as relações entre assimilar e assumir se devem à própria natureza do ponto de vista considerado nas atitudes. “[...] o ponto de vista imposto no assumir ou mantido na concordância – deve ser definido levando-se em conta a identidade do enunciador, isto é, a assimilação da qual ele foi objeto.” (2008, p. 9). A distinção proposta leva a suprimir, em razão da ambigüidade, o conceito de identificação utilizado nas versões anteriores da Teoria Polifônica.

Cumprir lembrar que o enunciador não é o locutor, não fala e, portanto, não pode realizar atos próprios da fala, como interrogar, prometer, etc. Torna-se evidente, pois, que só se pode tratar de encadeamentos argumentativos - seqüência de enunciados ligados por

um conector – no universo do discurso, dentro do qual o enunciador é fonte dos encadeamentos. Nesse ponto, é válido retomar o que se vem verificando neste estudo: o discurso é formado por enunciados que, por sua vez, são realizações de frases.

Carel e Ducrot ratificam, ainda, um ponto fundamental de seus estudos que é o de renunciar a qualquer descrição não lingüística do significado das expressões da língua e a de seguir com Saussure no que diz respeito ao significado ser visto como o ‘valor’ do signo – o que leva a conceber o significado como um conjunto de relações entre signos (2008, p. 9).

Sobre isso, os autores afirmam que

[...] as relações entre signos estão na base de todo significado, e que são como os átomos da significação, são o que chamamos ‘encadeamentos argumentativos’ ou ainda ‘argumentações’. Uma argumentação é por definição uma seqüência de dois enunciados ligados por um conector: um desses enunciados é o suporte, o antecedente, o anterior, da conexão; o outro é o aporte, o conseqüente, o posterior. (CAREL e DUCROT, 2008, p. 9).

Pelo fato de serem os encadeamentos discursivos produtores de sentido, Ducrot e Carel (2005, p.62-67) apresentam duas noções essenciais para a TBS: a **argumentação externa (AE)** e a **argumentação interna (AI)**. Uma entidade lingüística (**e**) expressa seu sentido pelos aspectos que lhe estão associados. Aspectos esses que, como já visto, são conjuntos de encadeamentos. “O vínculo entre enunciados e entidades semânticas pode ser tanto interno como externo.”²⁹

Tecidas essas considerações, passa-se a explicitar as novas concepções de **AE** e **AI**. Dizem os teóricos que se torna essencial distinguir, para qualquer expressão, sua argumentação externa e interna (2008, p. 10). Para entendimento da distinção, observe-se a

²⁹ “El vínculo entre enunciados y entidades semánticas puede ser tanto interno como externo.” (CAREL e DUCROT, 2005, p. 54).

entidade “João foi prudente” e seu aspecto *perigo DC precaução*, utilizados pelos lingüistas na aplicação dos estudos.

Isso posto, segue-se com os dizeres de Carel e Ducrot

As argumentações externas são encadeamentos dos quais a expressão é um segmento: se a expressão é aporte, fala-se de argumentação à esquerda; se a expressão é suporte, fala-se de argumentação “à direita”. Assim, encontram-se entre as argumentações externas à direita de “João foi prudente” as seqüências “João foi prudente, portanto não teve acidente” e “João foi prudente, no entanto teve um acidente”. Entre as argumentações externas à esquerda dessa mesma expressão, encontra-se “João foi prevenido do perigo, portanto foi prudente” e “João não foi prevenido do perigo, no entanto foi prudente” (2008, p. 10).

Essa citação leva à observação de que as **AE** são pares, sendo que um elemento é normativo e o outro é transgressivo. É fundamental para os lingüistas a compreensão de que uma entidade da língua (expressão, palavra, frase) evoque, com seu segmento anterior ou posterior, ao mesmo tempo, um encadeamento normativo e um transgressivo correspondente e vice-versa, pois é essa uma das razões que faz com que uma argumentação normativa seja diferente de uma inferência lógica (ibid., p. 10).

Ainda, conforme a citação, “As argumentações externas são encadeamentos dos quais a expressão é um segmento: se a expressão é aporte, fala-se de argumentação à esquerda; se a expressão é suporte, fala-se de argumentação ‘à direita’” (ibid., p. 10). Carel e Ducrot evidenciam que não é a posição geográfica do enunciado no encadeamento que define a função de **suporte** ou **aporte** “(‘está chovendo’ é suporte tanto em ‘está chovendo, no entanto vou sair’ quanto em ‘vou sair, mesmo que chova’)” (2008, p. 09).

Referindo-se, agora, às **AI** de uma entidade lingüística (**e**), diz-se que são encadeamentos que podem, com certa equivalência, parafraseá-la ou reformulá-la. Na argumentação interna de “João foi prudente” encontram-se, inicialmente, os encadeamentos que se podem dar como descrição do adjetivo “prudente”, como “tomar precauções quando há perigo”. Desse modo, “havia perigo, portanto Maria tomou precauções”, “se há perigo, Pedro toma precauções”, entre outros, constituem

encadeamentos normativos possíveis que tem como suporte a indicação de *perigo* e como aporte a indicação de *precauções* e podem ser reagrupados no aspecto *perigo DC precauções*.

Carel e Ducrot assim se posicionam em relação a aspecto expresso:

[...] *perigo DC precauções* (o termo da esquerda, “perigo”, indica o suporte dos encadeamentos; o da direita, “precauções”, o aporte; e “DC”, que evoca a conjunção “donc” (portanto), indica que se trata de encadeamentos normativos). Na argumentação interna de “João foi prudente”, colocamos esse aspecto, e também outros, como *perigo DC desistir de fazer* [...] que são “expressos” pelo enunciado. Vê-se que o aspecto expresso contém argumentações que não são propriamente falando paráfrases do enunciado, já que elas diferem dele pelo sujeito gramatical [...] e pelo modo verbal [...](2008, p.10).

Já, as paráfrases exatas de “João foi prudente.”, como “a situação não era sem perigo, então João tomou diversas precauções”, são nomeadas pelos lingüistas de **encadeamentos evocados**.

Uma grande conquista foi alcançada em relação à polifonia da negação. Ducrot e Carel (2008, p. 16-18) reconhecem, como já mencionado: dois tipos de argumentação (em DC (normativa) e em PT (transgressiva)), as diferentes relações entre os aspectos de um mesmo bloco (conversão, transposição, reciprocidade), os modos como os aspectos da enunciação negativa são ligados aos da enunciação positiva, a distinção entre as argumentações externas e internas, e entre o aspecto expresso e o encadeamento evocado, na AI. A compreensão de tudo isso é de extrema relevância no que diz respeito à descrição da negação.

Na apresentação habitual, já feita nesta dissertação, viu-se que a descrição da negação é feita a partir de uma recusa de um enunciador “não p” a um enunciador “p”. Carel e Ducrot (2008, p.16-17), na fase atual, utilizam a frase positiva **P** “João foi prudente” para explicitar como se constrói, a partir dela, o sentido de um enunciado negativo e como são postos em cena os diferentes enunciadores ligados à negação.

Segundo eles, “João foi prudente” põe em cena, ao menos, três enunciadores, o que se pode verificar nos parágrafos posteriores.

E¹ exprime um dos aspectos conversos da argumentação externa à direita de P e evoca o encadeamento que o particulariza. Faz-se uma escolha no interior da dupla de conversos que constitui a argumentação externa à direita da frase: continua-se com DC (João foi prudente, portanto não teve acidente) ou com PT (João foi prudente, mesmo assim teve acidente). Referindo-se a E², ainda no que diz respeito à AI e AE, repete-se o que foi dito a E¹, com a diferença de que a escolha operada no nível do enunciado será entre relações transpostas e não conversas.

Dizem Carel e Ducrot (2008, p. 17) que, para dar conta da argumentação interna de p (“João foi prudente”), deve-se introduzir, ainda, E³, que exprime o aspecto e evoca o encadeamento presente do ponto de vista interno na frase P.

Já, na descrição do enunciado negativo p’ encontram-se, “de um lado, todos os enunciadores positivos presentes no enunciado p, e de outro, os enunciadores negativos cujos pontos de vista resultem de transformações dos pontos de vista dos enunciadores positivos” (ibid, p. 17).

Observe-se o que colocam os lingüistas a respeito da relação que se estabelece entre enunciados positivos e negativos:

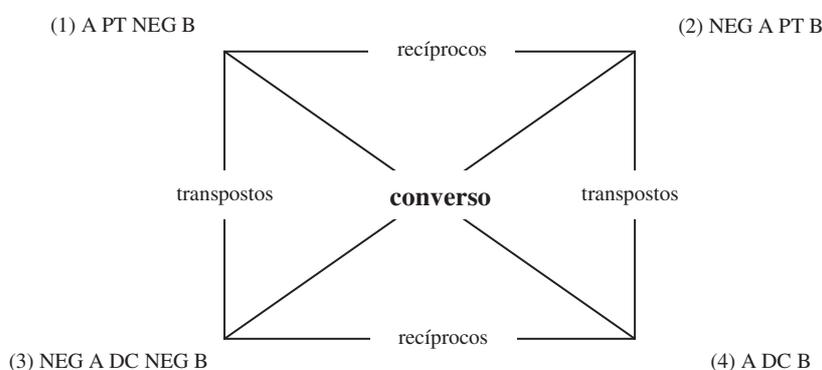
Um enunciador E¹ tem por ponto de vista o aspecto e os encadeamentos recíprocos daqueles que são o ponto de vista do enunciador positivo E¹ (por exemplo, “João não foi prudente, portanto correu o risco de um acidente”). É a mesma coisa para E², cujo ponto de vista é recíproco de E²: se E² tem como por ponto de vista “João não foi prevenido, no entanto foi prudente”, será atribuído a E² “João foi prevenido, no entanto não foi prudente.”(CAREL e DUCROT, 2008, p.17).

Sobre o E³, os lingüistas explicitam que é ele o transformado por conversão do ponto de vista de E³. “Assim, E³ pode exprimir o aspecto *perigo PT NEG desistir* e evocar, ainda, outros encadeamentos conversos de E³ (ibid, p. 18).

Postulam os teóricos que aos enunciadores de p' é preciso acrescentar a indicação das atitudes do locutor, em relação a eles. Ele, o locutor do enunciado negativo, recusa os enunciadores positivos E¹, E² e E³ e assume ou concorda com E¹, E² e E³ (ibid, p.18). Embora afirmem isso, Ducrot e Carel reconhecem a necessidade de um avanço nos estudos da atitude do L, visto que esse pode, além de assumir, concordar ou se opor, abster-se de tomar posição frente a certos enunciadores positivos e ou negativos.

Cumprê lembrar o leitor deste trabalho de que as relações entre enunciadores positivos e negativos podem ser vistas no quadrado argumentativo e, ainda, de que a construção do aspecto converso é o próprio da negação comum (no que diz respeito à argumentação interna).

Perigo, mesmo assim não desistir



Perigo, portanto desistir
(argumentação interna de P)

Os lingüistas (2008, p.18) assinalam, ao concluírem o artigo, que muitas pesquisas devem ser feitas para tornar menos rígida a compreensão da negação e para levar em conta as suas “numerosas nuances”. A língua, pois, deve ser confrontada no discurso e os conceitos de polifonia (até mesmo o da negação polêmica) entendidos nela e guiados por

ela. Nesse sentido, de apelar ao trabalho com textos, a presente dissertação segue com as análises propostas.

2 ANÁLISE ARGUMENTATIVA E POLIFÔNICA DOS TEXTOS

Os textos, do livro *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, encontram-se numerados de I a III, na ordem da análise:

TEXTO I – *O almocreve*

TEXTO II – *É minha*

TEXTO III – *O embrulho misterioso*

Escolheram-se os referidos capítulos, intencionalmente, uma vez que apresentam situações em que Brás Cubas revela-se multifacetado, o que pode levar à comprovação da hipótese que permeia este estudo, de que essas diferentes faces correspondem à expressão de diferentes aspectos de um mesmo bloco semântico ou até de diferentes blocos.

Os procedimentos a serem observados na análise de cada capítulo serão os seguintes:

- (1) vai-se relatar o episódio até que se chegue a uma avaliação do locutor *Brás* diante do ocorrido;
- (2) os trechos, onde foram identificadas essas avaliações, serão numerados, sucessivamente;

- (3) em cada trecho, a partir dos enunciados, será explicitado o encadeamento argumentativo evocado;
- (4) após a identificação do encadeamento, será explicitado o aspecto do bloco nele expresso;
- (5) será, então, construído o quadrado argumentativo que contém os aspectos normativos e transgressivos, com as relações de reciprocidade, conversão e transposição que se podem estabelecer entre eles;
- (6) a partir das relações identificadas, será feito o resumo argumentativo do texto, mostrando a seqüência dos aspectos expressos no transcorrer do discurso;
- (7) diante do que a língua mostrou, será tecido um comentário sobre os atos do locutor frente aos enunciadores: o de assimilar e o de assumir, neste último o de concordar ou se opor, o que mostrará as multifacetas de *Brás Cubas*, caracterizadoras de seu comportamento: irônico, dissimulado, bem como a posição que o locutor ocupa nas reflexões: assimila os discursos ao personagem *Brás* ou ao defunto autor.

2.1 Análise do texto I

Memórias Póstumas de Brás Cubas

CAPÍTULO XXI

O almocreve

01 Vai então, empacou o jumento em que eu vinha montado; fustiguei-o, êle deu dois corcovos, depois mais três, enfim mais um, que me sacudiu fora da sela, com tal desastre, que o pé esquerdo me ficou prêso no estribo; tento agarrar-me ao ventre do animal, mas já então, espantado, disparou pela estrada fora. Digo mal: tentou

05 disparar, e efetivamente deu dois saltos, mas um almocreve³⁰, que ali estava, acudiu a tempo de lhe pegar na rédea e detê-lo, não sem esforço nem perigo. Dominado o bruto, desvencilhei-me do estribo e pus-me de pé.

- Olhe do que vosmecê escapou, disse o almocreve.

E era verdade; se o jumento corre por ali fora, contundia-me deveras, e não sei se

10 a morte não estaria no fim do desastre; cabeça partida, uma congestão, qualquer transtôrno cá dentro, lá se me ia a ciência em flor. O almocreve salvara-me talvez a vida; era positivo; eu sentia-o no sangue que me agitava o coração. Bom almocreve! Enquanto eu tornava à consciência de mim mesmo, êle cuidava de concertar (sic) os arreios do jumento, com muito zêlo e arte. Resolvi dar-lhe três moedas de ouro das

15 cinco que trazia comigo; não porque tal fôsse o preço da minha vida, - essa era inestimável; mas porque era uma recompensa digna da dedicação com que êle me salvou. Está dito, dou-lhe as três moedas.

- Pronto, disse ele, apresentando a rédea da cavalgadura.

- Daqui a nada, respondi; deixa-me, que ainda não estou em mim...

20 - Ora qual!

- Pois não é certo que ia morrendo?

- Se o jumento corre por aí fora, é possível; mas, com a ajuda do Senhor, viu vosmecê que não aconteceu nada.

Fui aos alforjes, tirei um colête velho, em cujo bôlso trazia as cinco moedas de

25 ouro, e durante esse tempo cogitei se não era excessiva a gratificação, se não bastavam duas moedas. Talvez uma. Com efeito, uma moeda era bastante para lhe dar estremeções de alegria. Examinei-lhe a roupa; era um pobre diabo, que nunca jamais vira uma moeda de ouro. Portanto, uma moeda. Tirei-a, vi-a reluzir à luz do sol; não a viu o almocreve, porque eu tinha-lhe voltado as costas; mas suspeitou-o

30 talvez, entrou a falar ao jumento de um modo significativo; dava-lhe conselhos, dizia-lhe que tomasse juízo, que o “senhor doutor” podia castigá-lo; um monólogo paternal. Valha-me Deus! até ouvi estalar um beijo: era o almocreve que lhe beijava a

³⁰ al.mo.cre.ve s. m. Indivíduo que tem por ofício alugar ou conduzir bestas de carga; tocador.

testa.

- Olé! exclamei.

35 - Queira vosmecê perdoar, mas o diabo do bicho está a olhar para a gente com tanta graça...

Ri-me, hesitei, meti-lhe na mão um cruzado em prata, cavalguei o jumento, e segui a trote largo, um pouco vexado, melhor direi um pouco incerto do efeito da pratinha. Mas a algumas braças de distância, olhei para trás, o almocreve fazia-me
40 grandes cortesias, com evidentes mostras de contentamento. Adverti que devia ser assim mesmo; eu pagara-lhe bem, pagara-lhe, talvez demais. Meti os dedos no bôlso do colête umas moedas de cobre; eram os vinténs que eu devera ter dado ao almocreve, em lugar do cruzado em prata. Porque, enfim, êle não levou em mira nenhuma recompensa ou virtude, cedeu a um impulso natural, ao temperamento, aos
45 hábitos do ofício; acresce que a circunstância de estar, não mais adiante nem mais atrás, mas justamente no ponto do desastre, parecia constituí-lo simples instrumento da Providência; e de um ou de outro modo, o mérito do ato era positivamente nenhum. Fiquei desconsolado com esta reflexão, chamei-me de pródigo, lancei o cruzado à conta das minhas dissipações antigas; tive (por que não direi tudo?) tive
50 remorsos.

O episódio inicia, quando o jumento, em que Brás Cubas vinha montado, resolve corcovear após ser fustigado e, só não dispara “estrada fora”, porque surge um almocreve que o domina.

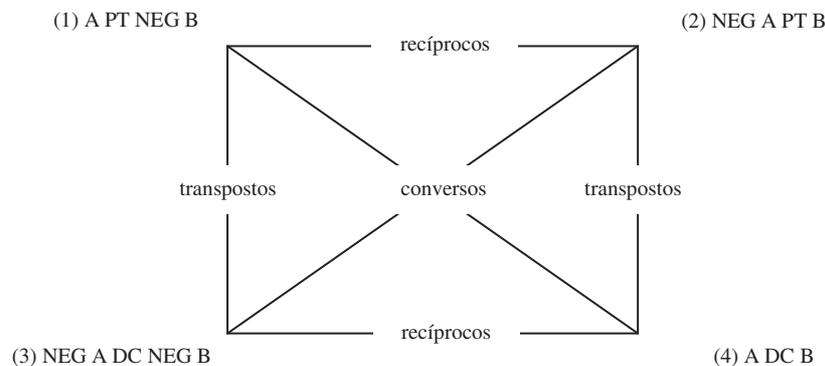
Brás Cubas, agradecido por ter escapado de um desastre, conclui:

trecho 1

“E era verdade, se o jumento corre por ali fora, contundia-me deveras, e não sei se a morte não estaria no fim do desastre. [...] Resolvi dar-lhe três moedas de ouro das cinco que trazia comigo; não porque tal fôsse o preço da minha vida, - essa era inestimável; mas porque era uma recompensa digna da dedicação com que êle me salvou. Está dito, dou-lhe as três moedas.” (linhas 9 a 17)

Estabelecem-se, no excerto acima, dois predicados ligados por um conector normativo: *salvou a vida DC recompensar bem pela dedicação*. Os dois juntos tornam-se responsáveis pelo significado do encadeamento que expressa um aspecto do bloco semântico que, com os dois predicados, *salvar a vida e merecer recompensa* constitui um sentido único indecomponível, isto é, trata-se de uma ação que mereça recompensa e de uma recompensa que deriva de uma boa ação. Essa idéia única poderia ser expressa no discurso *Quem salva a vida merece recompensa*.

E, um quadrado argumentativo pode ser construído a partir dos aspectos evocados por esse bloco:



- (1) A PT Neg B: salvou a vida mesmo assim não recompensar bem**
(2) Neg A PT B: não salvou a vida mesmo assim recompensar bem
(3) Neg A DC Neg B: não salvou a vida portanto não recompensar bem
(4) A DC B: salvou a vida portanto recompensar bem

Observa-se que os aspectos (3) e (4) são recíprocos, ou seja, o pensamento de Brás seria ou (3) ou (4) e, no texto, num primeiro momento, ele faz sua reflexão segundo o aspecto **(4) salvou a vida portanto recompensar bem**, afirmando:

trecho 2

“Está dito, dou-lhe as três moedas” (linha 17)

Depois, o pensamento de Brás vai mingando para o aspecto **(1) salvou a vida mesmo assim não recompensar bem**, o que se pode verificar em:

trecho 3

“[...] e durante todo esse tempo cogitei se não era excessiva a gratificação, se não bastavam duas moedas. Talvez uma. Com efeito, uma moeda era bastante [...] Examinei-lhe a roupa, era um pobre diabo, que nunca jamais vira uma moeda de ouro. Portanto, uma moeda.” (linhas 25 a 28)

Vê-se que até a linha 33, Brás estava cogitando dar ao almocreve uma recompensa em moeda de ouro: das cinco moedas de ouro que possuía, daria três, e das três, passaria a uma. Na linha 37, a palavra “hesitei” leva o personagem à decisão de colocar na mão do almocreve um cruzado de prata. Ainda se está no aspecto **(1): salvou a vida mesmo assim não recompensar bem**, porque era um pobre homem “que nunca jamais vira uma moeda de ouro” (linhas 27 e 28). Brás continua a reflexão:

trecho 4

“[...] meti-lhe na mão um cruzado de prata, cavalguei o jumento, e segui a trote largo, um pouco vexado, melhor direi um pouco incerto do efeito da pratinha.” (linha 37 à 39)

Esse trecho mostra um Brás receoso de sua atitude: a recompensa fora ideal? A personagem oscila entre os aspectos: **(1) salvar a vida PT não recompensar bem** e **(4) salvar a vida DC recompensar bem**. “Mas a algumas braças de distância, olhei para trás, o almocreve fazia-me grandes cortesias, com evidentes mostras de contentamento.” (linha 39 e 40)

A narrativa prossegue:

trecho 5

“Adverti que devia ser assim mesmo; eu pagara-lhe, talvez demais. Meti os dedos no bôlso do colête umas moedas de cobre; eram os vinténs que eu devera ter dado ao almocreve, em lugar do cruzado em prata.”

Diante do que foi visto, observa-se que Brás passou (em pensamento) da recompensa em moeda de ouro para moeda de prata e, por fim, pelo arrependimento de não ter recompensado o almocreve em vinténs de cobre. Circula-se pelo aspecto **(1) salvar a vida PT não recompensar bem**, novamente.

Com o seguimento do episódio (linhas 43 a 50), Brás Cubas evoca o aspecto **(3) não salvar a vida DC não recompensar bem**, recíproco a **(4) salvar a vida DC recompensar bem**. Muda, portanto, o entendimento da personagem: *não houve salvamento não merece boa recompensa*. Isso pode ser visto **na língua**, de acordo com o trecho transcrito a seguir:

trecho 6

“Porque, enfim, êle não levou em mira nenhuma recompensa ou virtude, cedeu a um impulso natural, ao temperamento, aos hábitos do ofício; acresce que a circunstância de estar, não mais adiante nem mais atrás, mas justamente no ponto do desastre, parecia constituí-lo simples instrumento da Providência; e de um ou de outro modo, o mérito do ato era positivamente nenhum.”

(3) Neg A DC Neg B: não salvou a vida portanto não recompensar bem

Seguindo o raciocínio de Brás, o almocreve nada fizera além da obrigação que lhe cabia, que era a de domar o animal, assim não necessitaria ser recompensado de nenhuma forma. Para ampliar a visão da não recompensa, Brás ainda acrescenta que o almocreve estivera no local como “simples instrumento da Providência”.

No trecho 6, entrevê-se o processo do “ventilai as consciências”, que conduz à descoberta da *lei da equivalência das janelas*, conforme se pode conferir no capítulo LI, de *Memórias Póstumas de Brás Cubas*: “Assim, eu, Brás Cubas, descobri uma lei sublime, a lei da equivalência das janelas, e estabeleci que o modo de compensar uma janela fechada é abrir outra, a fim de que a moral possa arejar continuamente a consciência. [...]” (ASSIS, *É minha*. p. 171, 1962). Brás tenta justificar sua atitude de sovinice com o fato de a Divina Providência ter colocado o almocreve exatamente no lugar e no momento do acidente.

trecho 7

“Fiquei desconsolado com esta reflexão, chamei-me de pródigo, lancei o cruzado à conta das minhas dissipações antigas; tive (por que não direi tudo?) tive remorsos.”

Nesse trecho, que constitui as últimas linhas do capítulo, Brás pensa que fora desregrado em dar dinheiro ao homem e confessa ter ficado desconsolado pela gratidão demasiada. Confirma-se, pois, o pensamento do personagem expresso pelo aspecto **(4) não salvar a vida, portanto não recompensar bem**.

Resumindo, o movimento argumentativo do capítulo em análise é o seguinte:

1. **A DC B: salvou a vida DC recompensar bem**
2. **A PT Neg-B: salvou a vida PT não recompensar**
3. **Neg-A PT B: não salvou a vida PT recompensar**
4. **Neg-A DC Neg-B: não salvou a vida DC não recompensar**

Vê-se que todos os aspectos acima referidos e configurados anteriormente no quadrado argumentativo foram expressos e as relações de conversão, transposição e reciprocidade sucederam-se durante as reflexões de Brás Cubas, ainda que somente o aspecto **(3) não salvou a vida mesmo assim recompensar** tenha se efetuado concretamente, na história, o que é absurdo, pois sua vida fora salva. Frente à constatação de todo esse movimento polifônico e argumentativo, entrevê-se uma personagem multifacetada.

Brás Cubas, locutor, põe em cena um E (enunciador), cujo discurso é absurdo, e que é por ele assumido, mas ao qual ele, locutor, não se assimila. Esse discurso absurdo é assimilado à personagem Brás Cubas.

Nesse episódio, nenhuma testemunha presencia o fato, mas os agradecimentos calorosos do almocreve (linhas 39 e 40) reforçam em Brás o sentimento desconfortável de que fora pródigo, ou seja, um gastador desnecessário de dinheiro, ao dar a recompensa. Isso leva Bosi a afirmar: “A **ingratidão** é aqui estercada pela sovinice – ‘eu que era abastado’”. (2006, p. 20, grifo nosso). Entende-se que se pode, pelas inscrições na língua, confirmar a afirmação de Bosi, de que houve ingratidão, pois o encadeamento que constitui a AI de ingratidão está expresso no texto: *gratidão é salvar DC recompensar*, e *ingratidão é salvar PT não recompensar*.

2.2 Análise do texto II

Memórias Póstumas de Brás Cubas

CAPÍTULO LI

É minha!

01 - É minha! disse eu comigo, logo que a passei a outro cavalheiro; e confesso que durante o resto da noite, foi-se-me a idéia entranhando no espírito, não à fôrça de martelo, mas de verruma, que é mais insinuativa.

- É minha! dizia eu ao chegar à porta de casa.

05 Mas aí, como se o destino ou o acaso, ou o que quer que fôsse, se lembrasse de dar algum pasto aos meus arroubos possessórios, luziu-me no chão uma coisa redonda e amarela. Abaixei-me; era uma moeda de ouro, uma meia dobra.

- É minha! repeti eu a rir-me, e meti-a no bôlso.

Nessa noite não pensei mais na moeda; mas no dia seguinte, recordando o caso,
10 senti uns repelões da consciência, e uma voz que me perguntava por que diabo seria minha uma moeda que eu não herdara nem ganhara, mas sòmente achara-a na rua. Evidentemente não era minha; era de outro, daquele que a perdera, rico ou pobre, e talvez fôsse pobre, algum operário que não teria com que dar de comer à mulher e aos filhos; mas se fôsse rico, o meu dever ficava o mesmo. Cumpria restituir a
15 moeda, e o melhor meio, o único meio, era fazê-lo por intermédio de um anúncio ou da polícia. Enviei uma carta ao chefe de polícia, remetendo-lhe o achado, e rogando-lhe que, pelos meios a seu alcance, fizesse devolvê-los às mãos do verdadeiro dono.

Mandei a carta e almocei tranqüilo, posso até dizer que jubiloso. Minha consciência valsara tanto na véspera, que chegou a ficar sufocada, sem respiração;
20 mas a restituição da meia dobra foi uma janela que se abriu para o outro lado da moral; entrou uma onda de ar puro, e a pobre dama respirou à larga. Ventilai as consciências! Não vos digo mais nada. Todavia, despido de quaisquer outras circunstâncias, o meu ato era bonito, porque exprimia um justo escrúpulo, um sentimento de alma delicada. Era o que me dizia a minha dama interior, com um

25 modo austero e meigo a um tempo; é o que ela me dizia, reclinada ao peitoril da janela aberta.

- Fizeste bem, Cubas; andaste perfeitamente. Êste ar não é só puro, é balsâmico, é uma transpiração dos eternos jardins. Queres ver o que fizeste, Cubas?

E a boa dama sacou um espelho e abriu-mo diante dos olhos. Vi, claramente
30 vista, a meia dobra da véspera, redonda, brilhante, multiplicando-se por si mesma, - ser dez – depois trinta – depois quinhentas, - exprimindo assim o benefício que me daria na vida e na morte o simples ato da restituição. E eu espraiava todo o meu ser na contemplação daquele ato, revia-me nêle, achava-me bom, talvez grande. Uma simples moeda, hein? Vejam o que é ter valsado um pouquinho mais.

35 Assim, eu, Brás Cubas, descobri uma lei sublime, a lei da equivalência das janelas, e estabeleci que o modo de compensar uma janela fechada é abrir outra, a fim de que a moral possa arejar continuamente a consciência. Talvez não entendas o que aí fica; talvez queiras uma coisa mais concreta, um embrulho, por exemplo, um
39 embrulho misterioso. Pois toma lá o embrulho misterioso.

Esse episódio está atrelado ao anterior, Capítulo L – *Virgília casada* – o qual termina com Brás Cubas relatando seu sentimento de delírio e de posse, após ter valsado com Virgília, mulher que perdera em casamento por Lobo Neves.

O defunto autor inicia com a exclamativa:

trecho 1

“- É minha! disse eu comigo, logo que a passei a outro cavalheiro; e confesso que durante o resto da noite, foi-se-me a idéia entranhando no espírito[...]”, (1.1), e reitera: “ – É minha! dizia eu ao chegar à porta de casa.” (l. 4)

Nesse trecho, Brás refere-se à Virgília, mulher por ele desejada. A personagem, segundo o que está narrado no primeiro parágrafo, foi internalizando a idéia de posse com as lembranças do contato físico que tivera durante a valsa da noite anterior. Percebe-se um encadeamento argumentativo: **valsei, segurei-lhe o corpo com força, seduzi DC é minha.**

A esse momento segue-se:

trecho 2

“Mas aí, como se o destino ou o acaso, ou o que quer que fôsse, se lembrasse de dar algum pasto aos meus arroubos possessórios, luziu-me no chão uma coisa redonda e amarela. Abaixei-me; era uma moeda de ouro, uma meia dobra.

- É minha! repeti eu a rir-me, e meti-a no bolso.” (l. 5-8)

O achado da moeda de ouro alimenta o “arroubo possessório” de Brás e ele ri disso. Achar a moeda, para Brás, foi como reforçar a idéia de que seu pensamento: “- É minha” – sentimento de conquista – concretizava-se.

Desse trecho, estabelece-se o encadeamento: **achei DC é minha.**

Cumpre lembrar que Brás “acha” Virgília, como acha a moeda, uma vez que, no capítulo L, *Virgília casada*, várias memórias registram a (re)aproximação do casal Brás e Virgília. Primeiramente, os dois encontram-se, cortejam-se e Brás reconhece em Virgília uma mulher esplêndida, cuja natureza lhe havia dado “ótimo apuro”, o que o deixou atônito. Passados dias, num primeiro baile, trocam palavras; num segundo baile, valsam aconchegados um ao corpo do outro; e, no terceiro, ao som da valsa “*Um livro perdeu Francesca*”, perdem-se num delírio.

Na lembrança do segundo baile, o defunto autor registra: “Valsamos, não nego que, ao aconchegar a meu corpo aquele flexível e magnífico, tive uma singular sensação de homem roubado.” Desse excerto, a expressão “homem roubado” torna-se significativa por transparecer que Brás sentira-se roubado por Lobo Neves, quando este casou-se com Virgília, levando-a de si. Veja-se que ao sentir-se homem roubado, ele pressupõe a perda de algo e, conseqüentemente, a possibilidade de vir a achá-lo. Esse algo, no contexto, é Virgília e achar o que perdeu justifica o encadeamento evocado: “achei é minha!”

Note-se que, se, materialmente, os enunciados são bem diferentes, argumentativamente não são, posto que as duas situações podem ser expressas pelos encadeamentos: **achar/não herdar/não ganhar DC pertencer/ter a posse.**

trecho 3

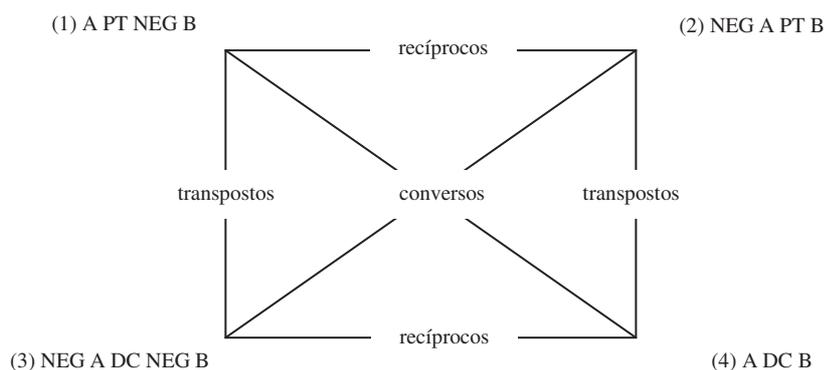
“Nessa noite não pensei mais na moeda; mas no dia seguinte, recordando o caso, senti uns repelões da consciência, e uma voz que me perguntava por que diabo seria minha uma moeda que eu não herdara nem ganhara, mas somente achara-a na rua. Evidentemente não era minha; era de outro, daquele que a perdera, rico ou pobre, e talvez fôsse pobre, algum operário que não teria com que dar de comer à mulher e aos filhos; mas se fôsse rico, o meu dever ficava o mesmo.” (l. 9 a 14)

Percebe-se, no trecho 3, uma mudança no pensamento de Brás, desencadeada após “repelões da consciência”. Ele admite, nessa passagem da narrativa, que algo, se achado, e não herdado ou ganho, não lhe dava o direito da posse. Evoca-se o encadeamento: **achei DC não é minha**.

De acordo com os encadeamentos evocados até esse momento, podem-se distinguir blocos semânticos contrários: **1. Achar/ pertencer.** e **2. Achar/ não pertencer.** e, respectivamente, os quadrados argumentativos (**a.** e **b.**), relacionados a eles:

Bloco semântico 1: **Achar/pertencer**

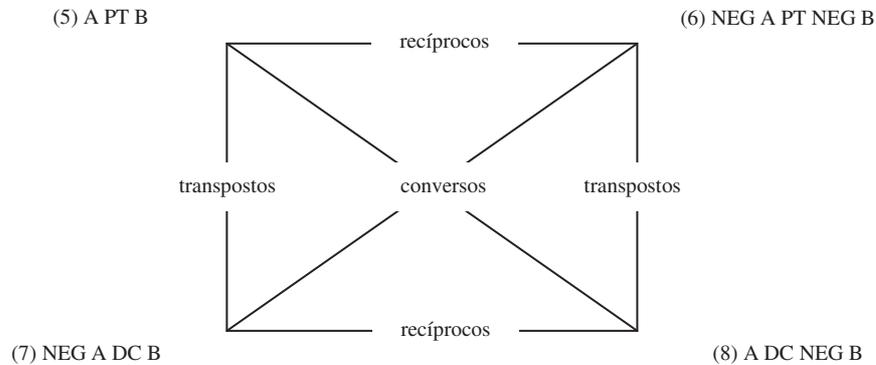
Quadrado argumentativo **a.**:



- (1) A PT Neg B: Achar, mesmo assim não pertencer.**
- (2) Neg A PT B: Não achar, mesmo assim pertencer.**
- (3) Neg A DC Neg B: Não achar, portanto não pertencer.**
- (4) A DC B: Achar, portanto pertencer.**

Bloco semântico 2: Achar/não pertencer

Quadrado argumentativo **b.**:



(5) A PT B: Achar, mesmo assim pertencer.

(6) Neg A PT Neg B: Não achar, mesmo assim não pertencer.

(7) Neg A DC B: Não achar, portanto pertencer.

(8) A DC Neg B: Achar, portanto não pertencer.

Convém lembrar que o bloco “achar/pertencer” é fundamentado numa maneira de ler cada predicado no outro, numa visão da posse ligada ao fato de achar, e do achar como um traço dos comportamentos que leva a possuir. Também o bloco “achar/não pertencer” é fundamentado entre uma interdependência entre achar e possuir, porém uma interdependência inversa à anterior.

Observa-se que o aspecto **(4) A DC B: achar portanto pertencer**, do quadrado **a.**, é o que permeia o pensamento de Brás nos trechos 1 e 2, os quais constituem os quatro primeiros parágrafos do capítulo. O aspecto **(3) Neg A DC Neg B: não achar portanto não pertencer** não ocorre no discurso, visto que é fato o achado, tanto de Virgília como o da moeda: “- É minha! disse eu comigo, logo que a passei a outro cavalheiro; e confesso que durante o resto da noite, foi-se-me a idéia entranhando no espírito, não à fôrça de martelo, mas de verruma, que é mais insinuativa.” (l. 1-3); “[...]luziu-me no chão uma coisa redonda e amarela. Abaixei-me; era uma moeda de ouro, uma meia dobra.” (l. 6-7) Mesmo que (3) não tenha se efetivado no episódio, há reciprocidade, pois entende-se que

(em 3) se Brás achasse algo, esse algo seria dele, o que corresponde a (4): **achei DC é minha.**

trecho 4

“Evidentemente não era minha; era de outro, daquele que a perdera, rico ou pobre, e talvez fôsse pobre, algum operário que não teria com que dar de comer à mulher e aos filhos; mas se fôsse rico, o meu dever ficava o mesmo. Cumpria restituir a moeda, e o melhor meio, o único meio, era fazê-lo por intermédio de um anúncio ou da polícia. Enviei uma carta ao chefe de polícia, remetendo-lhe o achado, e rogando-lhe que, pelos meios a seu alcance, fizesse devolvê-los às mãos do verdadeiro dono.”

Nesse trecho, Brás revela-se convencido de que a moeda não era sua. Fora achada, portanto pertencia a outro (achar DC não pertencer). Restava, então, restituí-la. É o que decide.

Pode-se expressar a **AI** de **restituir** com o encadeamento (achar DC devolver). Lembre-se que **achar**, nesse momento, tem como **AE** à direita **não pertencer** (achar DC não pertencer). A consciência de Brás oscila entre dois pólos opostos que estabelecem a possibilidade de *equivalência das janelas* e da maior amplitude de ventilação da consciência entre **achar/pertencer** e **achar/não pertencer**.

Quando se comparam os aspectos argumentativos de cada um desses pólos contrários, tem-se a idéia da gradualidade da argumentação possível, expressa no trecho 5, que segue, continuando a narrativa.

trecho 5

“Mandei a carta e almocei tranqüilo, posso até dizer que jubiloso. Minha consciência valsara tanto na véspera, que chegou a ficar sufocada, sem respiração; mas a restituição da meia dobra foi uma janela que se abriu para o outro lado da moral; entrou uma onda de ar puro, e a pobre dama respirou à larga. Ventilai as consciências! Não vos digo mais nada. Todavia, despido de quaisquer outras circunstâncias, o meu ato era bonito, porque exprimia um justo escrúpulo, um sentimento de alma delicada. Era o que me dizia a minha dama interior, com um modo austero e meigo a um tempo; é o que ela me dizia, reclinada ao peitoril da janela aberta.

- Fizeste bem, Cubas; andaste perfeitamente. Êste ar não é só puro, é balsâmico, é uma transpiração dos eternos jardins. Queres ver o que fizeste, Cubas?”

Alfredo Bosi faz referência a essa passagem:

[...] Brás achara uma moeda de meia dobra e a entregara ao chefe de polícia para que este descobrisse o legítimo dono. A ação lhe valera fartos elogios dos conhecidos e algum respiro da consciência, na ocasião um tantinho opressa pelo início do seu caso adúltero com Virgília. O fato é que a dobra fora logo devolvida, ato acompanhado de mil e um escrúpulos em torno do grande mal que é reter o bem alheio. (2006, p.19).

Conforme expresso por Bosi na citação acima e diante do que está posto na narrativa, a *lei da equivalência das janelas*, cujo processo de descoberta inicia nesse capítulo, garante-se no fato de permitir à consciência ventilar, fazendo algo bom, ético, sustentável no discurso universalizante e humanístico, o que é diferente das recorrentes amoralidades da personagem.

No segmento a seguir, a “boa dama” (nome dado pelo defunto autor à consciência) interage com Brás:

trecho 6

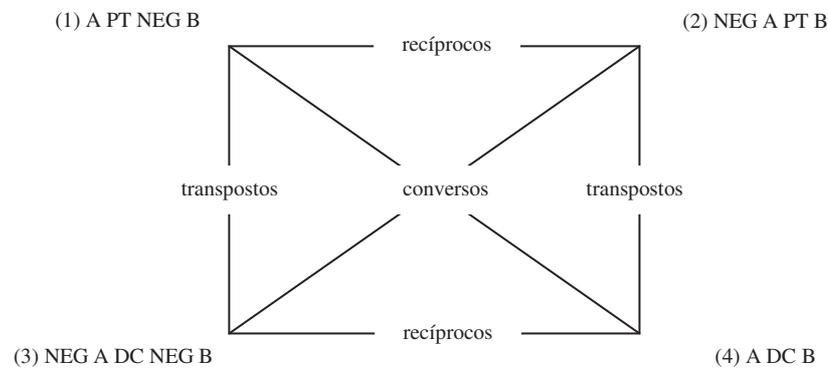
“E a boa dama sacou um espelho e abriu-mo diante dos olhos. Vi, claramente vista, a meia dobra da véspera, redonda, brilhante, multiplicando-se por si mesma, - ser dez – depois trinta – depois quinhentas, - exprimindo assim o benefício que me daria na vida e na morte o simples ato da restituição. E eu espriava todo o meu ser na contemplação daquele ato, revia-me nêle, achava-me bom, talvez grande. Uma simples moeda, hein? Vejam o que é ter valsado um pouquinho mais.”

Nesse trecho, em que Brás vai imaginando a multiplicação das moedas como compensação ao ato de restituir, percebe-se um novo bloco pela argumentação externa à direita de restituir: **restituir/beneficiar**. Faz-se necessário refletir sobre a palavra “beneficiar”. De acordo com o episódio, o grande beneficiado não seria o dono do bem, e

sim aquele que cumpriu o ato da restituição: no caso, o próprio Brás Cubas. Evoca-se o encadeamento: **restituir portanto beneficiar a si próprio** e não o que seria mais comum, do ponto de vista moral: **restituir portanto beneficiar o dono**. Ao observar os aspectos expressos nos blocos contrários, reitera-se a oscilação no comportamento da personagem e comprova-se um caráter multifacetado.

Bloco semântico 3: **Restituir/beneficiar o dono (beneficiar quem recebe, a quem se dirige a ação de restituir).**

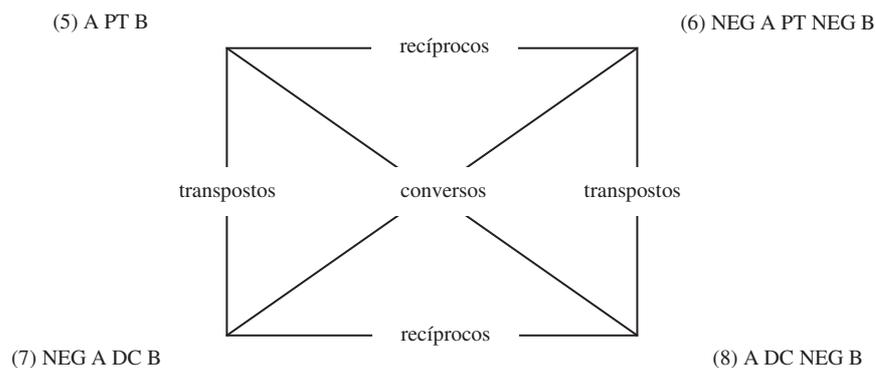
Quadrado argumentativo c.:



- (1) A PT Neg B: **Restituir, mesmo assim não beneficiar o dono.**
- (2) Neg A PT B: **Não restituir, mesmo assim beneficiar o dono.**
- (3) Neg A DC Neg B: **Não restituir, portanto não beneficiar o dono.**
- (4) A DC B: **Restituir, portanto beneficiar o dono.**

Bloco semântico 4: **Restituir/não beneficiar o dono (beneficiar quem pratica a ação de restituir).**

Quadrado argumentativo d.:



- (5) A PT B: Restituir, mesmo assim não beneficiar o dono.**
- (6) Neg A PT Neg B: Não restituir, mesmo assim não beneficiar o dono.**
- (7) Neg A DC B: Não restituir, portanto não beneficiar o dono.**
- (8) A DC Neg B: Restituir, portanto não beneficiar o dono (beneficiar-se).**

trecho 7

“Assim, eu, Brás Cubas, descobri uma lei sublime, a lei da equivalência das janelas, e estabeleci que o modo de compensar uma janela fechada é abrir outra, a fim de que a moral possa arejar continuamente a consciência. Talvez não entendas o que aí fica; talvez queiras uma coisa mais concreta, um embrulho, por exemplo, um embrulho misterioso. Pois toma lá o embrulho misterioso.”

Esse último trecho consolida a descoberta da *lei da equivalência das janelas*. O defunto autor tenta explicar ao leitor do que se vale a lei e, prevendo que este ainda não a entenda bem, anuncia que uma melhor compreensão possa estar no próximo capítulo, *O embrulho misterioso*.

Em *É minha*, a lei se estabelece quando Brás decide restituir a moeda de ouro a seu verdadeiro dono, abrindo assim uma janela na consciência, que se encontrava pesada devido ao suposto adultério com Virgília e ao fato de apossar-se de um bem (meia dobra de ouro) que não lhe pertencia.

Resumindo, o movimento argumentativo, em ordem cronológica, do capítulo em análise é o seguinte:

- 1. A DC B: Achar, portanto pertencer.**
- 2. A DC Neg B: Achar, portanto não pertencer.**
- 3. A DC B: Restituir, portanto beneficiar o dono.**
- 4. A DC Neg B: Restituir, portanto beneficiar-se.**

O locutor Brás Cubas põe em cena um E (enunciador), cujo discurso é absurdo, e que é por ele assumido, mas ao qual ele, locutor, não se assimila. Esse discurso absurdo, que consiste em achar um objeto e, com a restituição, beneficiar a si próprio e não o que perdera algo, é assimilado à personagem Brás Cubas.

Considerando o movimento que se dá entre locutor e enunciadores e, segundo a concepção de ironia para Ducrot (1990, p.21), presencia-se um discurso irônico, já que “está destinado a atacar uma pessoa: aquela a quem se atribui o ponto de vista absurdo.” Só que o “atacar” é um desvelar de caráter multifacetado da personagem. Antes de reprová-lo, o defunto autor pretende apenas mostrar a sua natureza humana, cheia de dúvidas entre o que deve ser e o que não deve, cujo valor está no simples fato de existir, independente de considerações morais.

2.3 Análise do texto III

Memórias Póstumas de Brás Cubas

CAPÍTULO LII

O embrulho misterioso

01 Foi o caso que, alguns dias depois, indo eu a Botafogo, tropecei num embrulho,
que estava na praia. Não digo bem; houve menos tropeção que pontapé. Vendo um
embrulho, não grande, mas limpo e corretamente feito, atado com um barbante rijo,
uma coisa que parecia alguma coisa, lembrou-me bater-lhe com o pé, assim por
05 experiência, e bati, e o embrulho resistiu. Relanceei os olhos em volta de mim; a
praia estava deserta; ao longe uns meninos brincavam, - um pescador curava as
rêdes ainda mais longe, - ninguém que pudesse ver a minha ação; inclinei-me,
apanhei o embrulho e segui.

Segui, mas não sem receio. Podia ser uma pulha de rapazes. Tive idéia de
10 devolver o achado à praia, mas apalpei-o e rejeitei a idéia. Um pouco adiante,
desandei o caminho e guiei para casa.

- Vejamos, disse eu ao entrar no gabinete.

E hesitei um instante, creio que por vergonha; assaltou-me outra vez o receio da
pulha. É certo que não havia ali nenhuma testemunha externa; mas eu tinha dentro
15 de mim mesmo um garôto, que, havia de assobiar, guinchar, grunhir, patear, apupar,
cacarejar, fazer o diabo, se me visse abrir o embrulho e achar dentro uma dúzia de

lenços velhos ou duas dúzias de goiabas podres. Era tarde; a curiosidade estava aguçada, como deve estar a do leitor; desfiz o embrulho, e vi... achei... contei... recontrei nada menos de cinco contos de réis. Nada menos. Talvez uns dez mil-réis
20 mais. Cinco contos em boas notas e moedas, tudo asseadinho e arranjadinho, um achado raro. Embrulhei-as de novo. Ao jantar pareceu-me que um dos moleques falara a outro com os olhos. Ter-me-iam espreitado? Interroguei-os discretamente, e concluí que não. Sôbre o jantar, fui outra vez ao gabinete, examinei o dinheiro, e ri-me dos meus cuidados maternais a respeito de cinco contos, - eu, que era abastado.

25 Para não pensar mais naquilo fui de noite à casa de Lôbo Neves, que instara muito comigo não deixasse de freqüentar as recepções da mulher. Lá encontrei o chefe de polícia; fui-lhe apresentado; êle lembrou-se logo da carta e da meia dobra que eu lhe remetera alguns dias antes. Aventou o caso; Virgília pareceu saborear o meu procedimento e cada um dos presentes acertou de contar uma anedota análoga,
30 que eu ouvi com impaciências de mulher histérica.

De noite, no dia seguinte, em tôda aquela semana pensei o menos que pudesse nos cinco contos, e até confesso que os deixei muito quietinhos na gaveta da secretária. Gostava de falar de tôdas as coisas, menos de dinheiro, e principalmente de dinheiro achado; todavia não era crime achar dinheiro, era uma felicidade, um
35 bom acaso, era talvez um lance da Providência. Não podia ser outra coisa. Não se perdem cinco contos como se perde um lenço de tabaco. Cinco contos levam-se com trinta mil sentidos, apalpam-se a miúdo, não se lhes tiram os olhos de cima, nem as mãos, nem o pensamento, e para se perderem assim, tôlamente, numa praia, é necessário que... crime é que não podia ser o achado; nem crime, nem desonra, nem
40 nada que embaciasse o caráter de um homem. Era um achado, um acêrto feliz, como a sorte grande, como as apostas de cavalo, como os ganhos de um jôgo honesto e até direi que a minha felicidade era merecida, porque eu não me sentia mau, nem indigno dos benefícios da Providência.

- Êstes cinco contos, dizia eu comigo, três semanas depois, hei de empregá-los
45 em alguma ação boa, talvez um dote a alguma menina pobre, ou outra coisa assim... hei de ver...

- Nesse mesmo dia levei-os ao Banco do Brasil. Lá me receberam com muitas e delicadas alusões ao caso da meia dobra, cuja notícia andava já espalhada entre as pessoas do meu conhecimento; respondi enfadado que a coisa não valia a pena de

50 tamanho estrondo; louvaram-me então a modéstia, - e porque eu me encolerizasse, replicaram-me que era simplesmente grande.

A memória “*O embrulho misterioso*” foi anunciada no final da “*É minha*”(texto analisado anteriormente). Veja-se a antecipação que o defunto autor faz do episódio: “Assim, eu, Brás Cubas, descobri uma lei sublime, a lei da equivalência das janelas, e estabeleci que o modo de compensar uma janela fechada é abrir outra, a fim de que a moral possa arejar continuamente a consciência. Talvez não entendas o que aí fica; talvez queiras uma coisa mais concreta, um embrulho, por exemplo, um embrulho misterioso. Pois toma lá o embrulho misterioso.”

Ao ver-se frente a frente com um embrulho na praia, Brás sente curiosidade de saber o que ele contém.

trecho 1

“Foi o caso que, alguns dias depois, indo eu a Botafogo, tropecei num embrulho, que estava na praia. Não digo bem; houve menos tropeção que pontapé. Vendo um embrulho, não grande, mas limpo e corretamente feito, atado com um barbante rijo, uma coisa que parecia alguma coisa, lembrou-me bater-lhe com o pé, assim por experiência, e bati, e o embrulho resistiu.”

No trecho, pode-se perceber a diferença de argumentação entre as entidades lingüísticas “pontapé” e “tropeção”.

Observe-se a argumentação interna de *pontapé* e de *tropeção*, respectivamente:

AI - Achar DC ter propósito

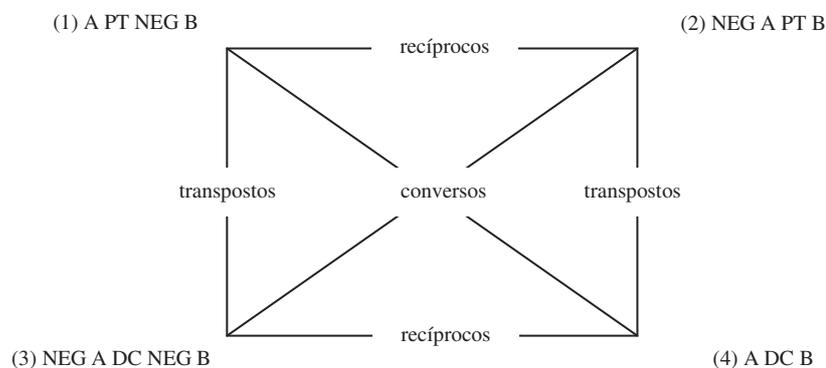
AI - Achar PT não ter propósito

Note-se que, nessa perspectiva, as palavras *pontapé* e *tropeção* são argumentativamente opostas, pois a argumentação de uma é o aspecto converso da outra.

No quadrado argumentativo esquematizado abaixo, pode-se ver a relação de conversão estabelecida entre (1) **A PT Neg B: achar mesmo assim não ter propósito** e (4) **Achar portanto ter propósito**. No trecho 1, Brás dá o pontapé no embrulho com a intenção de sentir o que tinha dentro, desse modo circula pelo aspecto (4) do bloco.

Bloco semântico 1: **Achar/ter propósito**

Quadrado argumentativo **a.**:



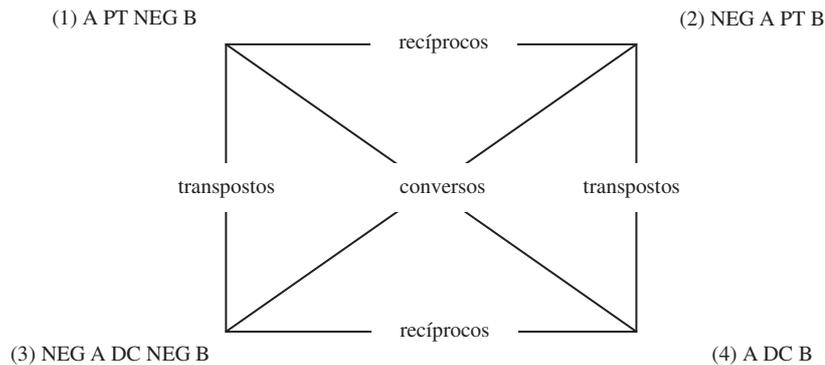
- (1) **A PT Neg B: Achar, mesmo assim não ter propósito.**
- (2) **Neg A PT B: Não achar, mesmo assim ter propósito.**
- (3) **Neg A DC Neg B: Não achar, portanto não ter propósito.**
- (4) **A DC B: Achar, portanto ter propósito.**

A **AI** de *pontapé* é reiterada em “[...] lembrei-me bater-lhe com o pé, assim por experiência, e bati, e o embrulho resistiu.” (l. 4 e 5). Se resistiu, foi por conter algo de valor.

O segmento “Vendo um embrulho, não grande, mas limpo e corretamente feito, atado com um barbante rijo, uma coisa que parecia alguma coisa, [...]” (l. 2-4) comprova o que foi dito e evoca o encadeamento:

Bloco semântico 2: **Embrulho resistente a pontapé/contém objeto de valor (algo perdido).**

Quadrado argumentativo **b.:**



- (1) A PT Neg B: **Embrulho resistente, mesmo assim não contém objeto de valor.**
- (2) Neg A PT B: **Embrulho não resistente, mesmo assim contém objeto de valor.**
- (3) Neg A DC Neg B: **Embrulho não resistente, portanto não contém objeto de valor.**
- (4) A DC B: **Embrulho resistente, portanto contém objeto de valor.**

Brás Cubas encontra-se, nesse momento de reflexão, no aspecto expresso em **(4) Embrulho resistente, portanto contém objeto de valor.**

trecho 2

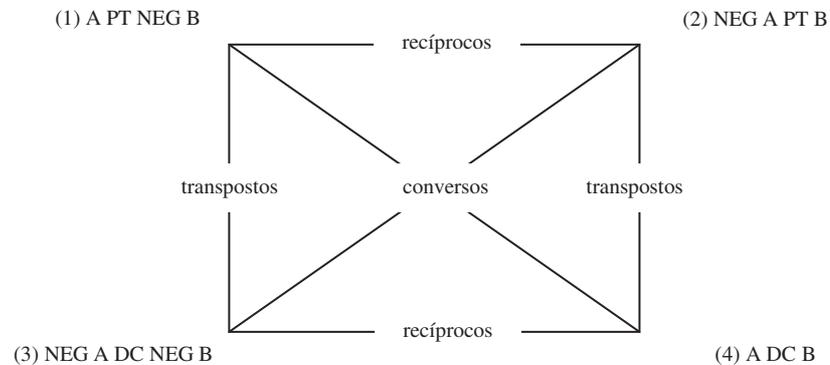
“Relanceei os olhos em volta de mim; a praia estava deserta; ao longe uns meninos brincavam, - um pescador curava as rêdes ainda mais longe, - ninguém que pudesse ver a minha ação; inclinei-me, apanhei o embrulho e segui.”

Conforme se depreende do trecho 2, a ação de Brás não é testemunhada, o que lhe dá certa comodidade para levar o embrulho, isto é, certa comodidade para agir escondido, sem testemunha.

Podem ser evocados, a partir do trecho 2, os seguintes blocos contrários com os respectivos encadeamentos:

Bloco semântico 3: **Ação não testemunhada/realizá-la.**

Quadrado argumentativo **c.**:



(1) A PT Neg B: Ação não testemunhada, mesmo assim não realizá-la.

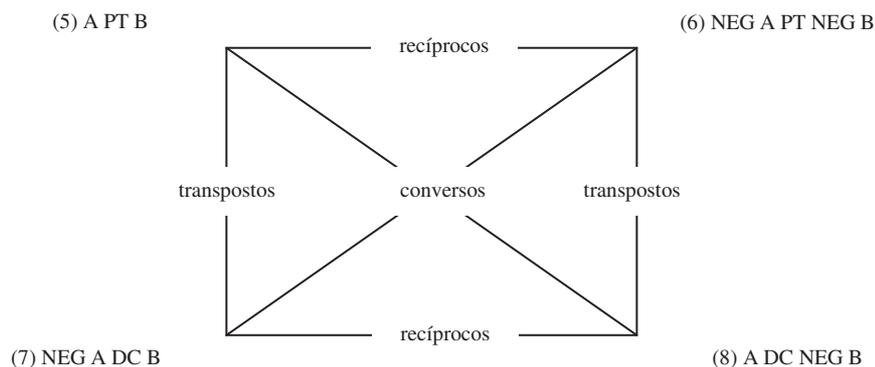
(2) Neg A PT B: Ação testemunhada, mesmo assim realizá-la.

(3) Neg A DC Neg B: Ação testemunhada, portanto não realizá-la.

(4) A DC B: Ação não testemunhada, portanto realizá-la.

Bloco semântico 4: **Ação não testemunhada/não realizá-la.**

Quadrado argumentativo **d.**:



(5) A PT B: Ação não testemunhada, mesmo assim realizá-la.

(6) Neg A PT Neg B: Ação testemunhada, mesmo assim não realizá-la.

(7) Neg A DC B: Ação testemunhada, portanto realizá-la.

(8) A DC Neg B: Ação não testemunhada, portanto não realizá-la.

Os blocos semânticos 3 e 4, conforme já dito, são contrários, e a oscilação do pensamento de Brás se comprova pelas relações estabelecidas entre os aspectos expressos nos quatro ângulos dos quadrados argumentativos.

trecho 3

“Segui, mas não sem receio. Podia ser uma pulha de rapazes. Tive idéia de devolver o achado à praia, mas apalpei-o e rejeitei a idéia. Um pouco adiante, desandei o caminho e guiei para casa.

- Vejamos, disse eu ao entrar no gabinete.

E hesitei um instante, creio que por vergonha; assaltou-me outra vez o receio da pulha. É certo que não havia ali nenhuma testemunha externa; mas eu tinha dentro de mim mesmo um garôto, que, havia de assobiar, guinchar, grunhir, patear, apupar, cacarejar, fazer o diabo, se me visse abrir o embrulho e achar dentro uma dúzia de lenços velhos ou duas dúzias de goiabas podres.”

Veja-se que o trecho 3, em que Brás está receoso de ficar com o embrulho, permite evocar o aspecto (1) do bloco semântico 2, o qual consiste na AI de *pulha*: **A PT Neg B: Embrulho resistente a pontapé PT não contém objeto de valor (algo posto no local, propositalmente).**

A consciência da personagem, por ocasião de experiências passadas em que fazia o papel de garoto que participava de pulhas, é o que lhe traz à tona o receio de ter caído numa armadilha.

Lembrar isso é relevante na medida em que, por mais que não se concretize uma testemunha externa na narrativa, confirma-se a existência de uma testemunha singular que é a própria consciência de Brás, presente sempre. Retoma-se, pela presença dessa testemunha interna, o bloco **achar/não pertencer**, também do capítulo *É minha*, analisado anteriormente.

trecho 4

“Era tarde; a curiosidade estava aguçada, como deve estar a do leitor; desfiz o embrulho, e vi... achei... contei... recontei nada menos de cinco contos de réis. Nada menos. Talvez uns

dez mil-réis mais. Cinco contos em boas notas e moedas, tudo asseadinho e arranjadinho, um achado raro. Embrulhei-as de novo.”

Esse trecho reitera o bloco semântico 2, já mencionado: **Embrulho resistente/contém objeto de valor**. O objeto de valor apresentado pelo locutor, nesse momento da narrativa, torna-se conhecido pela personagem e pelo leitor: dinheiro (cinco contos em boas notas e moedas).

Também no trecho 4, expressa-se o aspecto (5) **A PT B: Ação sem testemunha, mesmo assim não realizá-la**, do bloco semântico 4. Por que não dizer que o aspecto expresso é o (8) **A DC Neg B: Ação sem testemunha, portanto não realizá-la**? Segundo o texto, verifica-se que, no segmento “Embrulhei-as de novo.” (l. 21), Brás não está convicto de que vai devolver o dinheiro, pelo contrário, passa por um momento em que se concede o direito de guardá-lo, para, depois, decidir o que fazer com ele. Estabelece-se uma relação de conversão.

A expressão “[...] um achado raro.”, desse trecho, contém sua argumentação em trecho posterior, especificamente no trecho 6, e se relacionará à expressão “lance da Providência”, lá posta.

trecho 5

“Ao jantar pareceu-me que um dos moleques falara a outro com os olhos. Ter-me-iam espreitado? Interroguei-os discretamente, e concluí que não. Sôbre o jantar, fui outra vez ao gabinete, examinei o dinheiro, e ri-me dos meus cuidados maternais a respeito de cinco contos, - eu, que era abastado.”

Reitera-se, no trecho acima, a questão de se realizar uma ação em detrimento da presença de testemunha. Isso se encontra no aspecto expresso (8) **A DC Neg B: Ação não testemunhada, portanto não realizá-la**, que pode ser compreendido como *agir às claras*, do bloco semântico 4. A presença desse aspecto respalda-se no segmento “- eu, que era abastado.” (l. 24) e pelo fato de a consciência, que se encontra em **achar/não pertencer**, estar, novamente, a aguçar o sentimento de humanidade da personagem.

Bosi corrobora:

A história do embrulho é toda permeada de fantasmas dos olhares dos outros, receios esconjurados tão-só pela certeza de que eram vãos. A reflexão merece comentário. Brás *riu de si mesmo*, pois sendo endinheirado, não deveriam ter-lhe dado tantos cuidados aqueles cinco contos de réis. [...] De Brás sabe-se que é gastão consigo e dissipado com as amantes, de Marcela a Virgília. A mesquinha ocorre na sua relação com o pobre ou o desconhecido, e o fato de o narrador pontuar incisivamente as obsessões sovinas que reconhece em si próprio dá o que pensar. [...] No caso de Brás, a avareza torna-se particularmente ridícula, objeto de *autoanálise humorística*: “E ri-me dos meus cuidados materiais a respeito de cinco contos – eu, que era abastado”. (2006, p. 19-20, grifos do autor).

O crítico literário faz referência à avareza da personagem, que, no texto, torna-se objeto de autoanálise humorística. Linguisticamente, o humor também é reconhecido no fato de o locutor – defunto autor – enunciar “E ri-me dos meus cuidados materiais a respeito de cinco contos – eu, que era abastado” e não concordar com o ponto de vista da personagem Brás. Cumpre lembrar que, segundo Ducrot (1990, p. 22), esse não concordar com um ponto de vista constitui uma condição para o discurso conter humor.

O episódio prossegue (l. 25-30) relatando que Brás, estando na casa de Lobo Neves, encontra-se com o chefe de polícia que fora incumbido de restituir a meia dobra achada em *É minha* ao verdadeiro dono. O caso da restituição foi deveras comentado, destinando à personagem elogios pela boa reputação.

Na seqüência do capítulo LII, em análise, segue o trecho 6, com uma oscilação de amplitude máxima (sentidos argumentativos construídos por blocos contrários) entre **achar/pertencer e achar/não pertencer**.

trecho 6

“Gostava de falar de tôdas as coisas, menos de dinheiro, e principalmente de dinheiro achado; todavia não era crime achar dinheiro, era uma felicidade, um bom acaso, era talvez um lance da Providência. Não podia ser outra coisa. Não se perdem cinco contos como se perde um lenço de tabaco. Cinco contos levam-se com trinta mil sentidos, apalpm-se a

miúdo, não se lhes tiram os olhos de cima, nem as mãos, nem o pensamento, e para se perderem assim, tólamente, numa praia, é necessário que... crime é que não podia ser o achado; nem crime, nem desonra, nem nada que embaciasse o caráter de um homem. Era um achado, um acêrto feliz, como a sorte grande, como as apostas de cavalo, como os ganhos de um jôgo honesto e até direi que a minha felicidade era merecida, porque eu não me sentia mau, nem indigno dos benefícios da Providência.”

Ao relatar “Gostava de falar de todas as coisas, menos de dinheiro, e principalmente de dinheiro achado; [...]” (l. 33-34), o termo “achado”, nesse segmento, remete ao bloco: **achar (não ganhar/não herdar)/ não pertencer**, daí que devesse ser restituído, do episódio *É minha*.

A narrativa segue com:

trecho 7

“todavia não era crime achar dinheiro, era uma felicidade, um bom acaso, era talvez um lance da Providência.” (l. 34)

A entidade lingüística *achar* muda de argumentação, conforme oscila o pensamento da personagem, quando começa a “acreditar” que o dinheiro achado pudesse ser lance da Providência, e não devesse, portanto ser devolvido.

Desse trecho, evoca-se novo bloco **Achar/pertencer**, contrário ao anterior **Achar/não pertencer**, em que o sentido de achar era **não ganhar/não herdar**. Esse encadeamento dá-se pelo fato de Brás justificar o dinheiro achado como “lance da Providência”, daí **achar/ganhar da Providência DC não devolver**.

Cumprе ressaltar, nesse trecho, a expressão “não era crime achar dinheiro”, que será analisada no trecho a seguir.

trecho 8

“[...] crime é que não podia ser o achado; nem crime, nem desonra, nem nada que embaciasse o caráter de um homem. Era um achado, um acêrto feliz, como a sorte grande, como as apostas de cavalo, como os ganhos de um jôgo honesto e até direi que a minha

felicidade era merecida, porque eu não me sentia mau, nem indigno dos benefícios da Providência.”

O locutor, ao enunciar “crime é que não podia ser o achado” faz aparecer o aspecto **É achado PT não é crime**, converso a **É achado DC é crime não devolver**. Este último pertence ao bloco da moral, ou seja, aquele da consciência de Brás: **achar/devolver**. O enunciado lingüístico **crime é que não podia ser o achado** admite, portanto, ao mesmo tempo a possibilidade do seu converso correspondente, porque os dois encadeamentos estão igualmente inscritos, ao menos como possibilidades, na significação da frase realizada pelo enunciado no texto [...] (CAREL e DUCROT, 2008, p.10).

Formam-se os blocos:

Bloco semântico 5: **Achar/pertencer**

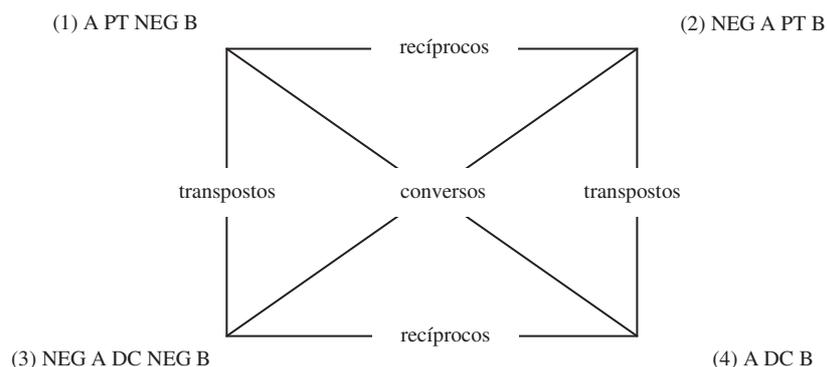
Bloco semântico 6: **Achar/não pertencer**

O bloco 6 constitui o que se poderia afirmar como pensamento moral, advindo da consciência de Brás, sua única testemunha, que lhe confere a responsabilidade da restituição. O bloco 5, contrário ao 6, confere imoralidade ao caráter da personagem e advém do fato de a personagem crer ser o dinheiro achado lance da Providência.

Esse movimento discursivo argumentativo de contrariedade entre as ações de **achar** e **pertencer**, também presente na análise do episódio anterior, é verificado nas relações entre os aspectos expressos nos quadrados argumentativos que seguem:

Bloco semântico 5: **Achar/pertencer**

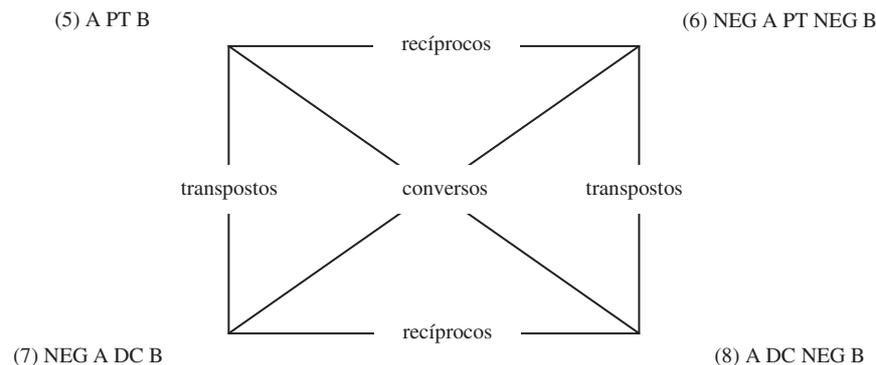
Quadrado argumentativo e.:



- (1)A PT Neg B: Achar, mesmo assim não pertencer.
 (2)Neg A PT B: Não achar, mesmo assim pertencer.
 (3)Neg A DC Neg B: Não achar, portanto não pertencer.
 (4)A DC B: Achar, portanto pertencer.

Bloco semântico 6: Achar/não pertencer

Quadrado argumentativo f.:



- (5)A PT B: Achar, mesmo assim pertencer.
 (6)Neg A PT Neg B: Não achar, mesmo assim não pertencer.
 (7)Neg A DC B: Não achar, portanto pertencer.
 (8)A DC Neg B: Achar, portanto não pertencer.

Cumpramos reforçar que, para a entidade *achar*, conforme se observou, abre-se, a partir de “todavia [...]” (l. 34 - 40) uma nova argumentação. Isso quer dizer que a entidade lingüística, a partir desse trecho, desvincula-se de **achar/não herdar/não ganhar DC não pertencer**, para desencadear o bloco **Achar/ pertencer**.

Nesse bloco, *achar* recebe o sentido dos pensamentos abaixo evidenciados e, não mais, de “não herdar” ou “não ganhar”, como anteriormente.

- bom acaso
- benefício da Providência
- acerto feliz
- felicidade
- sorte grande em jogos honestos

No processo de mudança de argumentação da entidade lingüística *achar*, desencadeado no texto, subentende-se o “ventilai as consciências”, ou seja, a consciência de Brás que lhe atribuía ação culposa por não restituir algo que fora achado e não herdado ou ganho, agora abre uma janela e a personagem pode respirar – é a *lei da equivalência das janelas* (fecha-se uma porta e abre-se outra).

Como o dinheiro fora ganho da Providência, a personagem deixa de ser um simples mortal e passa a ter o reconhecimento de um **escolhido** por Deus, analogamente ao que ocorreu em *O almocreve*.

No trecho 9, verifica-se, mais uma vez, que era incômodo à consciência de Brás ficar com o dinheiro, tanto que ele pensa usá-lo para uma ação caridosa.

trecho 9

“- Êstes cinco contos, dizia eu comigo, três semanas depois, hei de empregá-los em alguma ação boa, talvez um dote a alguma menina pobre, ou outra coisa assim... hei de ver...

Contudo, esse peso na consciência vai minguando, já que, segundo se observa no trecho posterior, Brás deposita os cinco contos em sua conta bancária.

trecho 10

- Nesse mesmo dia levei-os ao Banco do Brasil. Lá me receberam com muitas e delicadas alusões ao caso da meia dobra, cuja notícia andava já espalhada entre as pessoas do meu conhecimento; respondi enfadado que a coisa não valia a pena de tamanho estrondo; louvaram-me então a modéstia, - e porque eu me encolerizasse, replicaram-me que era simplesmente grande.”

Resumindo, o movimento argumentativo do capítulo em análise é o seguinte:

- 1. Achar DC ter propósito.**
- 2. Embrulho resistente DC contém objeto de valor.**
- 3. Achar/não herdar/não ganhar DC não pertencer.**
- 4. Ação não testemunhada DC realizá-la.**
- 5. Ação não testemunhada PT não realizá-la (receio de pulha).**

- 6. Ação não testemunhada DC não realizá-la.**
- 7. Embrulho resistente DC contém objeto de valor.**
- 8. Ação não testemunhada DC não realizá-la.**
- 9. Achar dinheiro DC não pertencer.**
- 10. Achar dinheiro DC pertencer.**
- 11. Achar dinheiro DC fazer boa ação.**
- 12. Achar dinheiro DC pertencer.**

O locutor Brás Cubas põe em cena um E (enunciador), cujo discurso é absurdo, e que é por ele assumido, mas ao qual ele, locutor, não se assimila. Esse discurso absurdo, no qual o que é achado não deve ser devolvido, é assimilado à personagem Brás Cubas.

Considerando o movimento que se dá entre locutor e enunciadores e, segundo a concepção de ironia para Ducrot (1990, p.21), presencia-se um discurso irônico, já que “está destinado a atacar uma pessoa: aquela a quem se atribui o ponto de vista absurdo.” Só que o “atacar” é um desvelar do caráter multifacetado da personagem. Antes de reprová-lo, o defunto autor pretende apenas mostrar a sua natureza humana, cheia de dúvidas entre o que deve ser e fazer e o que não deve ser e fazer, cujo valor está no simples fato de ser homem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ocupar-se de textos de *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, de Machado de Assis, para confirmar, sob o viés da Semântica Argumentativa, a existência da *lei da equivalência das janelas*, que constitui o caráter oscilante de Brás, torna este estudo desafiador e sedutor. Desafiador porque tem como objetivo fazer considerações lingüísticas sobre o referido assunto, visto que é mais comum deparar-se com considerações vindas de estudos literários. Na perspectiva de trazer à tona considerações observadas no movimento discursivo, esse estudo, além de desafiar o pesquisador, também se faz sedutor pelo fazer de ler, de se debruçar sobre o *corpus* escolhido.

A pesquisa desenvolvida, norteada na Semântica Argumentativa, mais explicitamente, em conceitos da Teoria da Argumentação na Língua (ADL), da Polifonia e da Teoria dos Blocos Semânticos (TBS), que renunciam a quaisquer descrições não inscritas na língua, identifica, nos textos analisados, encadeamentos argumentativos, isto é, segmentos de enunciados ligados por um conector, que tornam possível evidenciar blocos semânticos e constituir quadrados argumentativos pelos quais oscilam os pensamentos de Brás Cubas.

Os princípios das referidas teorias, desenvolvidos por estudos de Oswald Ducrot com a colaboração de Jean-Claude Anscombre e, atualmente, de Marion Carel, assumem que a argumentação está inscrita no próprio sistema lingüístico e que o sentido é argumentativo. Ducrot afirma que um mesmo fato pode ser enunciado por frases diferentes de acordo com a situação discursiva e que cada uma dessas frases leva a argumentações distintas. Citam-se exemplos extraídos das análises deste estudo: (1) Brás achou algo. (2) Brás achou algo. Ao enunciar-se (1) ou (2), tem-se o mesmo fato: Brás Cubas achara algo.

Portanto, se (1) é verdadeiro (2) também é, e vice-versa. No entanto, os dois fatos distinguem-se pelas orientações argumentativas, que indicam conclusões contrárias, nesses exemplos. De (1) conclui-se *portanto me pertence* e, de (2), *portanto não me pertence*. As duas conclusões, conforme se pode verificar na análise do capítulo LI – *É minha!* são evocadas na narrativa, não sendo, portanto, de conteúdo factual.

Cumprir lembrar que, segundo a TBS, o sentido de uma entidade lingüística é o resultado da interdependência entre dois segmentos ligados por um conector, formando um bloco semântico. Esse conceito encontra respaldo nas análises feitas. Citam-se exemplos dos episódios *É minha!* e *O embrulho misterioso*, cujo segmento **achar** apresenta sentido distinto em dois blocos encontrados, respectivamente, nos dois textos. Veja-se: **achar** (não herdar; não ganhar)/ não pertencer.; **achar** (lance da Providência)/pertencer.

Na ADL, Ducrot rebate a unicidade do sujeito falante, atribuindo ao *eu*, que é o responsável pelo discurso, o termo *locutor* (L) e atribui ao autor o termo *sujeito empírico* (SE). Desse modo, para o presente estudo, interessa o *locutor*, que, em *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, é o defunto autor Brás Cubas. O *sujeito empírico* Machado de Assis recebe a gratidão por oportunizar tão bela e instigante obra e também a homenagem em seus cem anos de falecimento.

Cumprir lembrar que a distinção entre (L) e (SE) é defendida por Ducrot, porque seu foco é a argumentação produzida pelo e no sistema lingüístico, ao passo que o indivíduo real, no caso Machado de Assis, pertence ao mundo extralingüístico.

Segundo a Literatura, na obra *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, o autor dá voz a um narrador – defunto autor - que reitera, em regime de distância, o *eu vivo*, que é a personagem Brás Cubas. De acordo com Bosi, de um lado fala o narrador que atesta, a cada lance, a sua presença física aos acontecimentos em que esteve envolvido [...] e de outro [...] o defunto autor [...], escolhido para facultar a exibição – até o limite do descaramento – dos sentimentos todos de um *ego* que a condição *post-mortem* permitiria desnudar. (2006, p.7-8, grifos do autor).

Pelo fato de a obra *Memórias Póstumas de Brás Cubas* começar pelo final, ou seja, ser narrada por um indivíduo que acabara de morrer (defunto autor Brás Cubas),

oportunizam-se relatos, cujos dizeres são somente ditos por que o locutor é um defunto que se permite, pelas memórias, mostrar as vísceras de Brás. Essa singularidade de começar a narração a partir do final de uma vida em muito corrobora com esta pesquisa, visto que se colocam, nos textos, *vazios* a serem preenchidos pelo leitor, que é instigado, constantemente, a participar das reflexões e julgamento da personagem. Esses *vazios*, chamados pelos estudos literários como *espaços em branco* constituem, na obra, o que se pode chamar, na lingüística, de espaços polifônicos. Isso quer dizer que os pensamentos e atitudes da personagem transitam por todos os aspectos do bloco semântico evocado, podendo, assim, mostrar suas vísceras e suas oscilações comportamentais. No preenchimento dos quatro ângulos de um quadrado argumentativo, que é a representação de um bloco, os referidos *espaços em branco*, para a semântica argumentativa, não são vistos como *vazios*, e sim como um conjunto de vozes que se relacionam.

A polifonia, referida no parágrafo anterior e explicitada no capítulo I deste estudo, explica-se como um conjunto de vozes que estão presentes num enunciado. Na verdade, são pontos de vista (enunciadores (E)) com os quais o locutor (L) pode ter a atitude de **assumir** ou **concordar** ou se **opor** e a de **assimilar**. Como se pôde constatar nas três análises feitas, o locutor assume o enunciador do discurso, mas não o assimila, isso quer dizer que o discurso analisado, considerado absurdo pelo locutor, é assimilado à personagem Brás Cubas. Confirma-se, portanto, o fato de (L) manter distanciamento da personagem - o discurso é bifocal, bem como o de se ter ironia e, por vezes, certo humor, já que para o discurso absurdo não aparece refutação nem oposição. Afirma-se que os capítulos são polifônicos porque deixam as vozes, os enunciadores soltos, sem conduzi-los, sem se manifestar moralmente sobre as ações. Elas, as vozes, têm o valor de existir e nisso está o caráter humano do defunto autor – universal e humanizante da obra.

Há de se dizer que o defunto autor (L) não procura ridicularizar, quando assimila o (E) absurdo à personagem Brás Cubas; ele se condói, vendo, no discurso absurdo, as faces do humano. Nas memórias analisadas, perpassa uma melancolia, como se o defunto autor risse de si, em última análise, tal a sua relação com a personagem que era ele próprio em vida. E pode-se rir do absurdo – o triste é que isso significa, nos textos, rir de si próprio.

Em sua intenção de explicitar a *lei da equivalência das janelas*, que constitui as multifacetadas da personagem Brás Cubas, os critérios estabelecidos, nesta pesquisa, para a

análise do *corpus*, mostram-se viáveis, visto que é possível evocar no discurso encadeamentos argumentativos e, após, os blocos semânticos neles expressos.

De cada bloco encontrado é possível montar um quadrado argumentativo para esquematizar, nos seus quatro ângulos, as relações de conversão, transposição e reciprocidade estabelecidas entre as vozes do discurso nele dispostas. Ao falar em bloco, pressupõe-se a existência de unidade e sabe-se, segundo o que foi dito, que é no interior dessa unidade semântica que o pensamento de Brás transita. Ser multifacetado, então, pressupõe a existência de unidade, o que implica refletir no que diz os estudos literários, de que o pensamento de Brás é descontínuo.

Veja-se em Bosi:

A transparência, flagrada no relance do olhar honesto do outro, não converterá o nosso Brás; mas revela a natureza do seu caráter, que é frívolo na descontinuidade dos seus pensamentos, é constante até a morte na prática do egoísmo indefectível, mas é capaz de abrir frestas no subsolo da sua consciência – a luz crua do moralismo pessimista ou apenas cético, limite ideológico do defunto autor. (2006, p. 15).

Acredita-se que a expressão mais apropriada do que “na descontinuidade dos seus pensamentos”, de acordo com a TBS, seria **nas multifacetadas dos seus pensamentos**. Isso porque, como se pôde mostrar, os pensamentos de Brás fazem parte de blocos, que constituem unidades semânticas indecomponíveis.

No excerto supracitado, Bosi faz referência à capacidade de a personagem “abrir frestas no subsolo da sua consciência”. Esse processo do “ventilai as consciências”, que fez Brás descobrir a *lei da equivalência das janelas*, é confirmado nos três episódios analisados.

Conforme se observa nos blocos semânticos evocados e nos aspectos a partir deles expressos, existe oscilação do pensamento da personagem devido a uma testemunha sempre presente - sua própria consciência – que lhe aponta o que seria moral, próprio do discurso humanista e universalizante. Quando Brás Cubas se vê pressionado pela

autoconsciência, procura meios para se desvencilhar dessa pressão. O capítulo *O embrulho misterioso* exemplifica isso nos trechos 6 e 7, nos quais a personagem faz crer que o pacote achado fora lance da Providência, assim ventilando a consciência e sentindo-se no direito de ficar, sem culpa, com o achado.

A partir das análises, percebe-se que o sentido de humanidade de Brás Cubas reside no fato de ele ter várias consciências que vão do moral ao imoral, no cotejo com as regras sociais, chegando ao nível de ignorá-las, para ficar acima da moral, como seria próprio de um “escolhido” por Deus, e não de um simples mortal.

As relações formais de reciprocidade, transposição e conversão, estabelecidas nos blocos semânticos encontrados, mostram que a consciência de Brás é sua testemunha permanente, o que desencadeia as oscilações do pensamento da personagem. No *embrulho misterioso*, essa presença está bem marcada nos aspectos: Ação não testemunhada DC realizá-la; Ação não testemunhada PT não realizá-la (receio de pulha); Ação não testemunhada DC não realizá-la, que determinam a argumentação de um momento do episódio. Bosi (2006, p. 19), ao fazer referência a esse episódio, escreve “Tudo se fez sem testemunhas.”, essa observação literária não confere, portanto, com o que se verifica pela ação da TBS, no interior dos blocos semânticos 5 e 6.

Há uma consideração a fazer a respeito da hipótese desta pesquisa de que o caráter multifacetado de Brás corresponderia aos diferentes aspectos de um mesmo bloco semântico e até, quem sabe, a aspectos do bloco contrário. Note-se que nas análises dos textos II e III, evocaram-se blocos contrários no discurso, fazendo a hipótese se confirmar. Retoma-se como exemplo em *É minha!*:3. **Restituir/beneficiar o dono** e 4. **Restituir/não beneficiar o dono**. Nesse caso, não é possível permanecer no mesmo bloco, ou seja, o 1, porque não se pode dizer que o movimento permanece na relação de conversão **Restituir DC beneficiar o dono**. → **Restituir PT não beneficiar o dono**., visto que a personagem pensa incisivamente em **Restituir DC não beneficiar o dono (beneficiar-se)**, o que implica bloco contrário.

Destaca-se, ainda, nesta seção, a relevância desta pesquisa por abrir novas possibilidades leitoras de *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. Sabe-se que essa obra machadiana convida o leitor, pelo viés da Literatura, a assumir o legado de interpretação

sociológica, existencial e intertextual – intrínsecas ao texto. Com esta pesquisa, conhecedores das teorias que nortearão este estudo, como também mediadores de leitura, por exemplo, educadores, podem utilizar-se dos procedimentos das análises aqui propostos, para ampliar os horizontes de interpretação também, agora, pelo viés da Semântica Argumentativa.

Na perspectiva deste estudo lingüístico, descobre-se que o sentido do enunciado encontra-se no discurso, pelos encadeamentos argumentativos que as entidades da língua permitem. Esse enfoque sobre o funcionamento da linguagem possibilita uma visão aprofundada de questões do discurso, merecendo especial atenção daqueles que buscam entender os fenômenos lingüísticos. Assim, este trabalho, que analisa a oscilação de caráter da personagem machadiana Brás Cubas, através da *lei da equivalência das janelas*, é uma contribuição no campo dos estudos da Semântica Argumentativa e de sua aplicação à leitura e interpretação.

Para concluir, ressalta-se o “apelo” que fazem Carel e Ducrot (2008, p.18), no sentido de que se façam pesquisas, a fim de confrontar descrição com textos. Dizem os teóricos:

[...] esse apelo ao trabalho com textos nos parece estar no próprio espírito da semântica polifônica. Esta, insistiremos nisso para concluir, impõe, ainda mais do que qualquer outra forma de semântica, que se olhem as utilizações reais das frases, que se confronte a língua ao discurso.

Salienta-se que este trabalho não pretendeu ser exaustivo em nenhuma de suas seções. Apesar da hipótese de o comportamento de Brás seguir, durante toda a obra, o padrão oscilante que lhe é constituído pela *lei da equivalência das janelas*, seria importante analisar um maior número de textos. Sugere-se, para tanto, a análise dos episódios: *A borboleta preta*, *Coxa de nascença*, *Bem-aventurados os que não descem*, entre outros. Nesse sentido, abrem-se oportunidades para novas investigações.

REFERÊNCIAS

ANSCOMBRE, Jean-Claude; DUCROT, Oswald. *L' argumentation dans la langue*. Bruxelles: Mardaga, 1983.

ASSIS, Machado de. *Memórias Póstumas de Brás Cubas: O almoceve*. Coleção Obras Completas de Machado de Assis. São Paulo: Gráfica Editôra Brasileira Ltda., 1962, v.5, cap. XXI, pp.91-94.

_____. *Memórias Póstumas de Brás Cubas: A borboleta preta*. Coleção Obras Completas de Machado de Assis. São Paulo: Gráfica Editôra Brasileira Ltda., 1962, v.5, cap. XXXI, pp.120-122.

_____. *Memórias Póstumas de Brás Cubas. Coxa de nascença*. Coleção Obras Completas de Machado de Assis. São Paulo: Gráfica Editôra Brasileira Ltda., 1962, v.5, cap. XXXII, pp.123-125.

_____. *Memórias Póstumas de Brás Cubas: Bem-aventurados os que não descem*. Coleção Obras Completas de Machado de Assis. São Paulo: Gráfica Editôra Brasileira Ltda., 1962, v.5, cap. XXXIII, pp. 126-128.

_____. *Memórias Póstumas de Brás Cubas: É minha*. Coleção Obras Completas de Machado de Assis. São Paulo: Gráfica Editôra Brasileira Ltda., 1962, v.5, cap. LI, pp. 169-171.

_____. *Memórias Póstumas de Brás Cubas: O embrulho misterioso*. Coleção Obras de Machado de Assis. São Paulo: Gráfica Editôra Brasileira Ltda., 1962, v.5, cap. LII, pp. 172-175.

BARBISAN, L. B. *A definição argumentativa do léxico no discurso*. In: VI Congresso Latinoamericano de Estudios del Discurso, 2005, Santiago. América Latina en su discurso, 2005.

BOSI, Alfredo. *Brás Cubas em três versões: estudos machadianos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

CAREL, Marion; DUCROT, Ducrot. *La Semántica Argumentativa – una introducción a la teoría de los bloques semánticos*. Edição literária de María Marta García Negroni e Alfredo M. Lescano. Buenos Aires, Ediciones Colihue, 2005.

DUCROT, Oswald. *Polifonía y argumentación*. Cali: Universidade del Valle, 1990.

_____. La pragmatique et l'étude sémantique de la langue. *Letras de Hoje*. Porto Alegre, PUCRS, v.32, nº1, pp. 9-21, mar. 1997.

_____. A pragmática e o estudo semântico da língua. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 40, n. 1, pp. 9-21.

_____. *Descrição argumentativa e descrição polifônica: o caso da negação*. In: *Letras de Hoje*. Porto Alegre: PUCRS, n. 1, V. 43, jan./mar. 2008, pp. 07-18.

FÁVERO, Alberto Altair. et al. *Apresentação de trabalhos científicos – normas e orientações práticas*. 4. ed. rev. e ampl. Passo Fundo: UPF, 2008.

GRAEFF, Telisa Furlanetto. *Resumo de textos: em busca dos blocos semânticos e das unidades semânticas básicas*. Passo Fundo: UPF, 2001.

MICHAELIS. *Dicionário Português, Inglês, Espanhol e Conjugador de Verbos digitais*. UOL. 1 CD-ROM.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de lingüística geral*. São Paulo: Cultrix, 1971.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ASSIS, Machado de. *Memórias Póstumas de Brás Cubas: O almocreve*. Coleção Obras Completas de Machado de Assis. São Paulo: Gráfica Editôra Brasileira Ltda., 1962, v.5, cap. XXI, p.91-94.

_____. *Memórias Póstumas de Brás Cubas: A borboleta preta*. Coleção Obras Completas de Machado de Assis. São Paulo: Gráfica Editôra Brasileira Ltda., 1962, v.5, cap. XXXI, p.120-122.

_____. *Memórias Póstumas de Brás Cubas. Coxa de nascença*. Coleção Obras Completas de Machado de Assis. São Paulo: Gráfica Editôra Brasileira Ltda., 1962, v.5, cap. XXXII, p.123-125.

_____. *Memórias Póstumas de Brás Cubas: Bem-aventurados os que não descem*. Coleção Obras Completas de Machado de Assis. São Paulo: Gráfica Editôra Brasileira Ltda., 1962, v.5, cap. XXXIII, p. 126-128.

_____. *Memórias Póstumas de Brás Cubas: É minha*. Coleção Obras Completas de Machado de Assis. São Paulo: Gráfica Editôra Brasileira Ltda., 1962, v.5, cap. LI, p. 169-171.

_____. *Memórias Póstumas de Brás Cubas: O embrulho misterioso*. Coleção Obras de Machado de Assis. São Paulo: Gráfica Editôra Brasileira Ltda., 1962, v.5, cap. LII, p. 172-175.

_____. *Várias Histórias: O enfermeiro*. Coleção Obras Completas de Machado de Assis. São Paulo: Gráfica Editôra Brasileira Ltda., 1962, v.14, p.153-168.

_____. Disponível em www.machadodeassis.net

BARBISAN, L. B. *A definição argumentativa do léxico no discurso*. In: VI Congreso Latinoamericano de Estudios del Discurso, 2005, Santiago. América Latina en su discurso, 2005.

BOSI, Alfredo. *Brás Cubas em três versões: estudos machadianos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

CAREL, Marion; DUCROT, Ducrot. *La Semántica Argumentativa – una introducción a la teoría de los bloques semánticos*. Edição literária de María Marta García Negroni e Alfredo M. Lescano. Buenos Aires, Ediciones Colihue, 2005.

CUBAS, Brás. Disponível em <http://www.amoliteratura.hpg.com.br/cubas>

DESENREDO – *Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo*. V.3, n.2, julho/dezembro 2007.

DUCROT, Oswald. *Polifonia y argumentación*. Cali: Universidade del Valle, 1988.

_____. La pragmatique et l'étude sémantique de la langue. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v.32, nº1, pp. 9-21, mar. 1997.

_____. *Topoi* na teoria da argumentação na língua. *Revista Brasileira de Letras*, UFSC, v.1, n.1, pp. 1-11, 1999.

_____. *Descrição argumentativa e descrição polifônica: o caso da negação*. In: *Letras de Hoje*. Porto Alegre: PUCRS, n. 1, V. 43, jan./mar. 2008, p. 07-18.

DUBOIS, Jean. et. al. *Dicionário de Lingüística*. 9. ed. São Paulo: Cultrix, 2004.

Enciclopédia Digital 99 (Literatura e Leitura). Disponível em <http://urs.bira.nom.br/autor/>

FÁVERO, Alberto Altair. et al. *Apresentação de trabalhos científicos – normas e orientações práticas*. 4. ed. rev. e ampl. Passo Fundo: UPF, 2008.

GRAEFF, Telisa Furlanetto. *Resumo de textos: em busca dos blocos semânticos e das unidades semântica básicas*. Passo Fundo: UPF, 2001.

PASCAL, Blaise (1623-1662). Disponível em Enciclopédia Digital 99 (Literatura e Leitura)
<http://urs.bira.nom.br/autor/>

ANEXOS

Figura n° 1

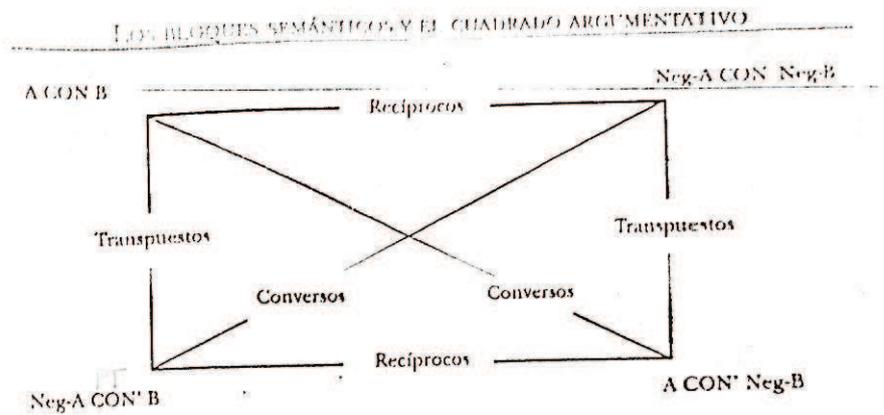


Figura 4.
Cuadrado argumentativo

Para concluir, deseo recalcar que estas relaciones formales, definidas simplemente por el juego de conectores y de la negación, corresponden a relaciones discursivas. (cfr. § 3. 2)

Figura n° 2

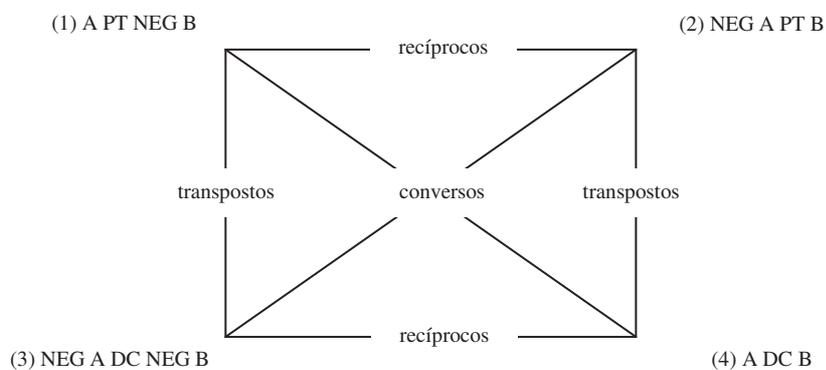


Figura nº 3

